

FRANCISCO LINHARES PONTE JÚNIOR

**O EFEITO DO FUNDO FINANCIAMENTO ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO
SUPERIOR: UMA PESQUISA DE CAMPO NO INTERIOR DO CEARÁ**

UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIA
Faculdade Ciências Sociais, Educação e Administração
Instituto de Educação

LISBOA

2018

FRANCISCO LINHARES PONTE JÚNIOR

**O EFEITO DO FUNDO FINANCIAMENTO ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO
SUPERIOR: UMA PESQUISA DE CAMPO NO INTERIOR DO CEARÁ**

Dissertação defendida em provas públicas para a obtenção do Grau de Mestre em Ciências da Educação conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, no dia 26 de Outubro de 2018, com o Despacho de Nomeação de Júri nº. 314/2018, mediante a seguinte composição de júri:
Presidente: Professor Doutor Óscar Conceição de Sousa

Arguente: Professora Doutora Carla Galego

Orientadora: Professora Doutora Marisa Pascarelli Agrello.

Co-Orientador: Professor Doutor José Viegas Brás

UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIA

Faculdade Ciências Sociais, Educação e Administração

Instituto de Educação

LISBOA

2018

DEDICATÓRIA

À mulher da minha vida Josiane Lima Mendes pelo apoio incondicional em todos os momentos, principalmente nos de incerteza, muito comuns para quem tenta trilhar novos caminhos e muitas vezes não consegue enxergar sozinho o caminho certo a ser trilhado. Sem você nenhuma conquista valeria a pena.

As minhas três filhas Júlia Mendes Linhares Ponte, Jordana Mendes Linhares Ponte e Jeane Mendes Linhares Ponte que são meus motivos de inspiração e força para lutar a cada dia.

Aos meus pais Francisco Linhares da Ponte e Elisa Angélica Rodrigues Ponte, que dignamente me apresentaram a importância da família e o caminho da honestidade e persistência, pois, sempre irão ser meus exemplos de vida.

AGRADECIMENTOS

A Professora Dra. Marisa Pascarelli Agrello, que me acolheu como um filho e sempre foi pra mim um exemplo de vida com muita garra e determinação; o meu respeito e admiração pela sua serenidade e o meu reconhecimento pela oportunidade de realizar este trabalho ao lado de alguém que transpira sabedoria, capacidade de análise do perfil de seus alunos, e pelo seu Dom no ensino da Ciência, inibindo sempre a vaidade em prol da simplicidade e eficiência.

Ao Professor Dr. José Brás, exemplo de dignidade, sabedoria, responsabilidade e humanismo; sempre me incentivando desde a minha qualificação ao ápice desta pesquisa.

A educação é o maior motor do desenvolvimento pessoal. É através dela que a filha de um camponês se torna médica, que o filho de um mineiro pode chegar a chefe de mina, que um filho de trabalhadores rurais pode chegar a presidente de uma grande nação.

(Nelson Mandela)

RESUMO

O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) é um programa do Ministério da Educação (MEC) destinado à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores presenciais não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC. analisar o efeito do Fundo de Financiamento Estudantil no Ensino Superior em uma Faculdade Privada de um município localizado na zona norte do Ceará. Este é um estudo de natureza descritiva com abordagem quantitativa. Para aplicação desta pesquisa, o estudo de caso foi a opção que melhor se encaixou por facilitar o entendimento sobre os índices de engajamento. Foi elaborado um questionário com 15 perguntas de múltipla escolha. O cenário da pesquisa foi uma faculdade privada situada no município de Sobral – CE, no período de agosto a dezembro de 2015. Os alunos pesquisados descreveram bem os proveitos do uso do FIES, pois a vantagem de pagar o curso depois de formado traz mais tranquilidade para estudar, sem se preocupar com as mensalidades, e também a possibilidade, para jovens que não têm condições financeiras de pagar agora, de cursar o nível superior. A pesquisa conseguiu alcançar a problemática, a hipótese e o objetivo, pois foi adquirido muito conhecimento através dos questionários, constatou-se que o uso do FIES realmente traz um aumento significativo de alunos matriculados na faculdade.

Palavras-chave: Financiamento Estudantil. Educação Superior. Índices Relevantes. Desempenho dos estudantes.

ABSTRACT

The student funding fund (FIES) is a program from the Ministry of Education that gives financial loans to students enrolled in private higher education institutions and have positive results from MEC processes of evaluation. To analyze the student funding fund effect on a private higher education institution from a county located in the north of Ceará. This is a descriptive study with a quantitative approach. For this research, the case study was the best option for easily fitting the understanding of rates of engagement. A quiz with 15 questions of multiple choices was elaborated. The research scenario was a private college located in Sobral, Ceará – from August to December of 2015. The students from the research described the good use of FIES, and how they feel much more comfortable to study not having to pay for college until they graduate, and also, the possibility that it gives students to enroll in a higher education even with no current financial condition. The research was able to reach the problem, the hypothesis and the goal, since much was learned from the questionnaires. It was found the FIES brings significant increase in students enrollments in college.

Keywords: Student funding. Higher Education. Relevant indexes. Student performance.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AVA - Ambiente Virtual de Aprendizagem
- CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior
- CEF - Conselho Federal de Educação
- CONAE - Conferencia Nacional de Educação
- CPSA - Comissão Permanente de Supervisão e Acompanhamento
- EAD - Educação à Distância
- EAE - Escola de Altos Estudos
- ENC - Exame Nacional de Cursos
- ENEM - Exame Nacional de Ensino Médio
- ET - PROEXT - Programa de Apoio à Extensão
- FIES - Fundo de Financiamento Estudantil
- HU - Hospitais Universitários
- IES - Instituição de Nível Superior
- IGC - Índice Geral de Cursos
- LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação
- MARCA - Programa de Mobilidade Acadêmica Regional em Cursos Acreditados
- MEC - Ministério da Educação
- PAI - Plano de Avaliação Institucional
- PCE - Programa de Crédito Educativo
- PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação
- PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
- PECG - Programa de Estudantes Convênio de Graduação
- PET - Programa de Educação Tutorial

PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação á docência

PNAES - Plano Nacional de Assistência Estudantil

PNE - Plano Nacional da Educação

PROMISAES - projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior

PROUNI - Programa Universitário para Todos

REUNI - Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SISU - Sistema de Seleção Unificada

UAB - Universidade Aberta do Brasil

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

ÍNDICE GERAL

1. INTRODUÇÃO	13
PARTE I: ENQUADRAMENTO TEÓRICO	18
2. POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO E SEUS INSTRUMENTOS DE GESTÃO	19
2.1. As Leis de Diretrizes e Bases da Educação	19
2.2. O Plano Nacional de Educação e sua importância para a educação brasileira	23
2.3. O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Governo Federal	28
2.4. Universidades e Cenário Brasileiro	29
2.4.1. Educação Superior no Brasil	29
2.4.2. Ensino Superior no período Republicano.....	32
2.4.3. Ensino superior pós 1964	34
3. POLÍTICAS EDUCACIONAIS: A UTILIZAÇÃO DO ENEM COMO FORMA DE INGRESSO NAS UNIVERSIDADES	38
3.1 O Financiamento Público do Ensino Superior e o Programa Universidade Para Todos (PROUNI)	39
3.1.1 FIES – Fundo de Financiamento Estudantil do Ensino Superior	40
3.1.2 O FIES e a Inclusão Social.....	41
3.1.3. A Universidade Aberta do Brasil (UAB) e o Instituto Federal de Ensino Superior (IFES)	46
3.2. Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI	47
3.3. Cenário favorável para a expansão da educação superior no Brasil	57
PARTE II: PESQUISA REALIZADA	62
4. METODOLOGIA DA PESQUISA	63
4.1. Tipo e método da pesquisa.....	63
4.2. Lócus da pesquisa	64
4.3. Objetivos da pesquisa.....	66
4.4. Público alvo da pesquisa	67
4.5. Instrumentos da pesquisa	68
4.6. Organização da coleta de dados	68
4.7. Aspectos éticos da pesquisa	69
4.8. Recolha de dados	69
5. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	70

5.1. Dados obtidos através do questionário	70
5.1.1. Perfil socioeconômico dos alunos pesquisados.....	70
5.2. Percepções dos alunos do Curso de Farmácia, Fisioterapia, Enfermagem e Medicina Veterinária beneficiados com o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES)	74
5.3 Percepções dos professores do Curso de Farmácia, Fisioterapia, Enfermagem e Medicina Veterinária sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES)	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	97
APÊNDICES	I
APÊNDICE - A	II
QUESTIONÁRIO	II
APÊNDICE B	IV
ENTREVISTAS	IV
APÊNDICE C	V
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	V
CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO	VI

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição dos alunos cadastrados no FIES segundo sexo	71
Gráfico 2: Distribuição dos alunos cadastrados no FIES segundo raça	72
Gráfico 3: Distribuição dos alunos cadastrados no FIES segundo faixa etária.....	73
Gráfico 4: Distribuição dos alunos do cadastrados no FIES que tiveram dificuldade de se inscrever	74
Gráfico 5: A instituição de Educação Superior em que você estuda ofereceu total apoio	75
Gráfico 6: Se não houvesse o FIES, seria possível você estar na Educação Superior em uma faculdade particular.....	76
Gráfico 7: O que você faria se não tivesse conseguido se inscrever no FIES?.....	77
Gráfico 8: A dívida assumida após o tempo de carência o preocupa?	78
Gráfico 9: Você financiou quantos por cento do seu curso?.....	79
Gráfico 10: Tempo de utilização do FIES.....	80
Gráfico 11: Problema com FIES	81
Gráfico 12: Contato com os gestores do FIES	82
Gráfico 13: Dificuldades de pagar as parcelas do FIES	83
Gráfico 14: Satisfeito com o FIES	84

1. INTRODUÇÃO

Para uma melhor compreensão acerca do efeito do Financiamento na Educação Superior/FIES se fez necessário o estudo de textos de alguns autores sobre a questão em tela, tais como: Amaral (2009), Chaves (2006), Sguissardi (2008), Oliveira (2012) e outros, bem como: Decretos, Leis, Boletins e outras fontes informativas pertinentes ao tema.

A Política Pública na Educação Superior facilitou o ingresso dos estudantes a realizar um Curso Superior em varias áreas. Foram adotados, diversos planos para inserção do estudante na universidade, dentre esses foi adotado, PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação), SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior), IGC (Índice Geral de Cursos), PNAES (Plano Nacional de Assistência Estudantil), HU (Hospitais Universitários), Celpe Bras¹, EAE (Escola de Altos Estudos), PROUNI (Programa Universitário para Todos), FIES (Fundo de Financiamento Estudantil), ENEM (Exame Nacional de Ensino Médio), entre outros.

Com esses Planos, a oportunidade dos interessados, de ingressar na Educação Superior ficou mais fácil, o que era quase impossível antes. Hoje em dia se tornou simples, por meio de financiamento e independente de sua ascendência social, econômica ou étnica, favorecendo a democratização da Educação Superior, tendo como exemplo o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior – FIES (AZEVEDO, 2008).

Desde que foi criado, em 1999, o FIES provocou mudanças importantes no Sistema Educacional Superior, facilitando aos estudantes a contratação do financiamento de seus estudos. Com ele os estudantes podem pagar 50% do curso e financiam os outros 50%, ou financiam 100%, sendo o pagamento das parcelas iniciado após 18 meses da conclusão do curso.

Essa atual Política de Acesso aos Cursos Superiores causou um novo impacto na Educação Superior, pois o número de vagas foi ampliado, possibilitando assim maior acesso e inclusão social aos estudantes menos favorecidos (AMARAL, 2009).

¹ O Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros.

Entretanto, as demandas não foram totalmente supridas, além de muitos estudantes terem se tornados inadimplentes. Isso gerou necessidade de reformular a Política, porém o crescimento ocasionando novos custos/gastos/despesas, *inputs* para novos programas do Governo Federal na área da Educação Superior, como o “Programa Universidade Para Todos” (PROUNI), que foi criado para conceder bolsas de estudo integrais ou parciais em instituições privadas de ensino (AZEVEDO, 2008).

No mesmo ano também foi criado o ENEM considerado atualmente um dos programas mais importante do Sistema Político Educacional, valendo ressaltar que para ingressar nas Universidades Federais e requerer o financiamento ou a bolsa do PROUNI faz-se necessário que o estudante tenha realizado o ENEM (AMARAL, 2009).

Dessa forma entende-se que os atores envolvidos nesse processo foram: a sociedade como um todo, que reivindicava maior número de vagas no Ensino Superior e os parlamentares representantes das três esferas governamentais: Executivo, Legislativo e Judiciário, que deram início a discussões para resolução dos problemas relacionados à Educação Superior.

De acordo com o Ministério da Educação - MEC, podem solicitar o financiamento os estudantes de Cursos Presenciais de Graduação não gratuitos, com avaliação positiva no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, adequados por Instituições de Ensino Superior Participantes do Programa, e que atendam as demais reivindicações estabelecidas nas regras do FIES (BRASIL, 2010).

Torna-se necessário esclarecer, que os estudantes com matrícula acadêmica em situação de trancamento geral de disciplinas no momento da inscrição e os que foram beneficiados com financiamento do FIES anteriormente, mas que estejam inadimplentes com o Programa de Crédito Educativo (PCE/CREDOC), e também com o percentual de comprometimento da renda familiar mensal bruta per capita seja inferior a 20% (vinte por cento), renda familiar mensal bruta superior a 20 (vinte) salários mínimos não podem ser contemplados pelo FIES (CHAVES, 2006).

Os estudantes que, no período da inscrição, informarem ao FIES data de conclusão do Ensino Médio anterior ao ano de 2010, deverão comprovar essa condição perante CPSA (Comissão Permanente de Supervisão e Acompanhamento), apresentando diploma, certificado ou documento equivalente ao de conclusão do Ensino

Médio expedido pela instituição de ensino competente. Poderão ser financiados os cursos de graduação com conceito maior ou igual a 03 (três) no SINAES, das Instituições de Ensino Superior participantes do FIES. Os cursos que ainda não possuem avaliação no SINAES, mas que estejam autorizados para funcionamento, segundo cadastro do MEC, poderá participar do Programa (SGUISSARDI, 2008).

De acordo com o MEC a taxa de juros efetiva do FIES é de 3,4% ao ano para todos os cursos. Conclui-se com a realização dessa análise, a importância das políticas públicas para a inserção do aluno na Educação Superior, como o FIES, com o financiamento do estudo na Universidade Particular o aumento do número de vagas nas universidades particulares, contribuindo para uma maior qualificação profissional. Entretanto, constataram-se alguns problemas, como a inadimplência e a renda mensal bruta comprometida de 20% com o financiamento, inviabilizando estudantes de baixa renda a participarem desse programa (BRASIL, 2010).

O Programa Universidade para Todos - PROUNI foi criado pela Medida Provisória nº 213/2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, no governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva. O programa trata da concessão de bolsas de estudos nas modalidades integral e parcial a estudantes carentes, cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de Educação Superior. As instituições que aderem ao programa recebem isenção de tributos (OLIVEIRA, 2012).

Busca da Formação Superior no Brasil vem sendo cada vez mais procurada e exigida no mercado de trabalho. Entre eles estão os jovens e até mesmos aqueles acima dessa faixa etária que não tiveram condições financeiras para custear seus estudos. Com isso, o Governo Federal, vendo as dificuldades encontradas por esses estudantes disponibilizou de forma acessível um Financiamento Estudantil, fazendo com que todos ingressem em um ensino superior com qualidade, com oportunidade de pagamento após a conclusão do curso. Investigar se as oportunidades oferecidas pelo Governo vêm sendo acessível a toda população estudantil, sendo possível realizar a pesquisa por existir normas do MEC - Ministério da Educação.

A abordagem desta temática leva a seguinte pergunta de partida: Qual o efeito do Fundo de Financiamento Estudantil na educação superior? Essa pergunta remete a

outra que também inquieta: o que está por trás da realidade do Fundo de Financiamento Estudantil – FIES?

Os objetivos da pesquisa nesta dissertação foram:

Objetivo Geral

A presente dissertação tem como Objeto de Estudo o Fundo de Financiamento Estudantil no Ensino Superior em uma Faculdade Privada de um município localizado na zona norte do Ceará.

Analisar o efeito do Fundo de Financiamento Estudantil no Ensino Superior em uma Faculdade do interior do Ceará.

Objetivos Específicos:

- Constatar a repercussão do FIES na Formação Educacional do Estudante.
- Comprovar a influência do FIES no aproveitamento acadêmico dos alunos.
- Analisar a inadimplência junto ao FIES por falta de inserção no Mercado de Trabalho.

A Linha de Pesquisa que embasa este Projeto é: “Estado, políticas educativas e mudança social com ênfase em análise e avaliação de políticas públicas relacionadas à educação no Ensino Superior”.

Esta dissertação está assim estruturada: O primeiro capítulo trata da introdução onde se contempla a problematização do estudo, justificativa e objetivos. A metodologia trabalhada considera a revisão de bibliografia como também a pesquisa de campo em uma faculdade privada do Estado do Ceará onde o Financiamento Estudantil abrange uma parcela significativa de estudantes.

Na primeira parte do trabalho com o enquadramento teórico formado pelos capítulos II e III.

No segundo capítulo abordam-se as Políticas de Educação e seus instrumentos de gestão por meio das Leis de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96 que possuem

um papel fundamental perante o desenvolvimento da Educação Superior no país, partindo-se então para o Plano Nacional da Educação (PNE) e em seguida o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Governo Federal, que contempla todas as ações previstas para a expansão do ensino no Brasil. Encerrando-se aí, a primeira parte com o engajamento, a segunda parte do trabalho está composta pela metodologia e os resultados e discussão já do estudo IV e V capítulos.

No terceiro capítulo pontua-se a utilização do ENEM como forma de ingresso nas Universidades, PROUNI e FIES, explicado toda a evolução desses programas.

Por fim segue as considerações finais e referências bibliográficas.

PARTE I: ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2. POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO E SEUS INSTRUMENTOS DE GESTÃO

No presente capítulo serão apresentadas as Políticas de Educação e seus instrumentos de gestão, por meio das Leis de Diretrizes e Bases da Educação, no corte das LDB's de 1961 a 2016 possuindo um papel fundamental perante o desenvolvimento do ensino superior no país, partindo-se então para o Plano Nacional da Educação (PNE) e em seguida o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Governo Federal, que contempla todas as ações previstas para a expansão do ensino no Brasil.

2.1. As Leis de Diretrizes e Bases da Educação

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB foi um divisor de águas na História da Educação, teve como base para sua elaboração a Constituição Federal, e a data de sua primeira edição publicada foi 20 de dezembro de 1961, pelo Presidente João Goulart (SANTOS 2014). Nesse período a elaboração da Primeira Lei de Diretrizes e Bases partiu das discussões entre duas equipes de trabalho as quais disputava qual seria a filosofia que serviria como base para a elaboração da LDB. Esses grupos eram formados por estadistas, liberalistas (SANTOS 2014).

O primeiro propulsor da implantação da LDB foi Clemente Mariani, Ministro da Educação que constituiu uma comissão para a elaboração do anteprojeto da LDB. Convidou os principais nomes de educadores do país que fizeram parte dessa equipe. Para integrar a comissão, convocou os principais educadores do país. Sob a presidência de Lourenço Filho, foram constituídas três subcomissões:

- a) Do Ensino Primário, tendo como presidente Almeida Junior e integrada por Carneiro Leão, Marcos Augusto Teixeira de Freitas, Celso Kelly e Coronel Agrícola da Câmara Lobo Bethlem;
- b) Do Ensino Médio, com Fernando de Azevedo (presidente), Alceu Amoroso Lima, Artur Filho, Joaquim Faria Goes e Maria Junqueira Schmidt;
- c) Do Ensino Superior, com a participação de Pedro Calmon (presidente, além de vice-presidente da comissão geral), Cesário de Andrade, Mario Paulo de Brito, padre Leonel Franca e Levi Fernandes Carneiro (SAVIANI, 2011, p.281).

A elaboração do anteprojeto da LDB pautou-se em diversas discussões que defendiam pontos de vista distintos, mas um objetivo em comum a regulamentação da educação. Os debates em torno da LDB se concentravam na organização do ensino. Vê-se que a supremacia dos renovadores na composição da comissão geral foi flagrante. De seus 16 (dezesesseis) membros, a grande maioria integrava essa tendência pedagógica. E apenas dois: Alceu Amoroso Lima e Padre Leonel Franca, representavam a corrente dos educadores católicos. Essa supremacia refletiu-se, obviamente, no projeto que resultou dos trabalhos da comissão. Do ponto de vista da Organização da Educação Nacional, a concepção dos renovadores era descentralizadora. No anteprojeto da comissão, o sentido descentralizador foi incorporado de forma moderada tendo em vista do esclarecido na Constituição e das peculiaridades da situação brasileira (SAVIANI, 2011).

A elaboração desse Projeto de Lei teve como principal objetivo melhorias na educação, fundamentando as divisões nos fundos destinados a cada segmento do ensino, assim como a melhoria nos valores de acordo com cada fase, equivalentes hoje a: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. A LDB elevou para 12% a obrigação mínima dos recursos federais para o ensino, que a Constituição de 1946 havia fixado em 10%, mantendo em 20% a obrigação de estados e distrito federal. Determinou ainda, pelo parágrafo 1º desse mesmo artigo que, com nove décimos dos recursos federais, deviam ser construídos, com parcelas iguais, três fundos, um para o Ensino Primário, outro para o Ensino Médio e o terceiro para o Ensino Superior. E, no parágrafo 2º, atribuiu ao CFE à tarefa de elaborar o Plano de Educação referente a cada um dos três fundos (SAVIANI, 2011).

O anteprojeto da LDB visava abarcar todos os ramos e níveis de educação, dessa forma foi criado também um Sistema Federal de Educação com o objetivo de organizá-la e administrá-la nos territórios e, de forma estritamente supletiva, nos Estados; sistemas estaduais de educação, com administração e organização a cargo dos estados. Uma das questões que compunham também o anteprojeto foi a questão da fiscalização de escolas privadas a dever do poder público, e o cargo de magistério só podendo ser assumido mediante concursos compostos de provas e títulos. Na parte referente aos direitos à educação, ele nada mais fez do que repetir o texto constitucional e regulamentá-lo. Propunha assim a obrigatoriedade e gratuidade do Ensino Primário,

bem como a gratuidade da escola pública em seus vários níveis (art. 1.º) muito mais, porém, do que isso regulamentava como deveria ser cumprida essa exigência, propondo obrigações aos responsáveis e deveres ao estado (Art. 1.º e 17) (ROMANELLI, 2009).

Romanelli (2009) ressalta também que a elaboração do anteprojeto da LDB de 1961 foi organizada três subcomissões, a saber:

- A do Ensino Primário.
- Do Ensino Médio e,
- Do Ensino Superior. Após a elaboração desse anteprojeto, foi encaminhado à Câmara Federal, em novembro de 1948.

O primeiro anteprojeto elaborado pelo grupo constituído pelo Ministro Clemente Mariani havia suscitado a questão da centralização ou descentralização. Acontecia que esse anteprojeto estava dentro do espírito da Constituição.

A luta para a efetivação da LDB, não foi classificada com um processo de curto prazo, houve marchas e contramarchas com duração de treze anos. A Lei 4.024 foi votada em dezembro de 1961 e então a partir daí é surge a efetivação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (ROMANELLI, 2009). Essa longa espera pela aprovação foi decorrente as diversas avaliações e discussões, cuidando dos princípios que a educação deveria se organizar, visando tanto à qualidade quanto a questão de princípios de liberdade e os ideais de solidariedade humana.

Quanto aos fins, reforçando o dispositivo constitucional, o anteprojeto ia mais longe, estipulando as condições que a escola deveria criar para que os princípios de liberdade e os ideais de solidariedade humana tivessem vigência. Aqui, a inovação consistia na fundamentação do sistema educacional em princípios democráticos de vida, claramente expressos (ROMANELLI, 2009).

Segundo Romanelli (2009), com a promulgação da lei, muitas foram as posições tomadas, desde o otimismo exagerado por alguns, taxando-a de “Carta da Libertação”. Outros ainda viam com atitude reservada, chegando até mesmo ao pessimismo extremado. Porém, conforme salienta Romanelli (2009), essa lei, por si só, não seria capaz de transformar de forma grandiosa a sociedade no âmbito educacional e nem tampouco regredir brutalmente a educação. A aplicação dessa lei depende de fatores

com a estrutura existente e o ritmo de progresso da sociedade com base nas reformas e integração desses fatores.

Mas mesmo em meio a todas essas preocupações a demora foi demasiadamente grande e o prazo para aprovação da Primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação foi de treze longos anos. A partir de então a preocupação era também com a entrada em vigor, que aconteceu somente um ano depois. Promulgada em 20 de dezembro de 1961, a Lei nº 4.024, a Primeira LDB entrou em vigor em 1962, conforme estipulado em seu último artigo: “Esta lei entrará em vigor no ano seguinte da sua publicação, revogada as disposições em contrário” (artigo 120) (SAVIANI, 2011, p.282).

Segundo Romanelli (2009) jamais na História da Educação Brasileira um projeto foi tão moroso, fundamentando-se em diversos debates e passando por tantas alterações. Assim que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961 entrou em vigor surgiram novas necessidades, e a primeira questão analisada e decidida foi à necessidade de composição de um Conselho.

Na vigência da lei, a primeira providência tomada foi a instalação do Conselho Federal de Educação (CFE), o que ocorreu em fevereiro de 1962. Para a composição do órgão, constou-se com a “clarividência de Anísio Teixeira”, conforme depoimento de Newton Sucupira. Também foi Anísio Teixeira quem cuidou, ainda em 1962, da elaboração e homologado pelo Ministro Darcy Ribeiro em 21 do mesmo mês (SAVIANI, 2011, p.282).

A implementação dessa lei, era uma oportunidade que a sociedade brasileira encontrava para organizar o sistema de ensino, mesmo em seu aspecto formal, foi a oportunidade do sistema educacional brasileiro formalizar-se e conseguir inserir se num sistema geral, como requisitava as normas do momento. O desenvolvimento e a democracia estavam ligados diretamente ao ensino, não podendo reter todas as responsabilidades, mas contemplando sua parte de contribuição.

O anteprojeto não pecava pela base, estava dentro dos alicerces da Constituição e refletia as mudanças pelas quais a sociedade brasileira estava passando naquele período. Mas, abarcava a tentativa de solução de todos os problemas reivindicados pelos filósofos da educação.

Na avaliação de Anísio Teixeira, embora a LDB tenha deixado muito a desejar em relação às necessidades do Brasil, na conjuntura de sua aprovação, ele considerou uma vitória a orientação liberal, de caráter descentralizador, que prevaleceu no texto de lei. Assim, a aspiração dos renovadores, que desde a década de 1920 vinham defendendo a autonomia dos estados e diversificação e descentralização do ensino, foi consagrada na LDB. Eis aí o sentido fundamental de sua afirmação pela qual a aprovação das Diretrizes e Bases da Educação Nacional significou “meia vitória, mas vitória” (CAVALIERE, 2010, p. 66).

A vitória só não foi completa em razão das concessões feitas à iniciativa privada, deixando com isso, de referendar o outro aspecto defendido pelos pioneiros da educação nova: a reconstrução educacional pela via da construção de um sólido sistema público de ensino (SAVIANI, 2011).

Sobre os resultados da Primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Romanelli (2009) acrescenta que foram negativos para evolução do Sistema Educacional Brasileiro, e os relacionados às próprias lutas, em si mesmas, a que antecedeu a Promulgação da Lei, esses resultados, sim, foram altamente positivos, pois revelou entre outros aspectos, da parte dos educadores da velha geração de 1930 uma firmeza maior para finalizar a luta iniciada décadas antes.

2.2. O Plano Nacional de Educação e sua importância para a educação brasileira

O Plano Nacional de Educação (PNE) para vigorar do ano de 2011 a 2020, foi enviado pelo Governo Federal ao Congresso em 15 de dezembro de 2010. O novo PNE apresenta 10 (dez) diretrizes objetivas e 20 (vinte) metas. O plano prevê formas de a sociedade monitorar e cobrar cada uma das conquistas previstas (PNE, 2015).

Mas essa não é a primeira vez que o governo federal tenta criar um guia para a educação. Produzido no fim do segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o PNE entrou em vigor em 2001 e teve seu término em 2010. Apresentava 295 (duzentas e noventa e cinco) metas e não deu certo por várias razões. Muitas de suas metas não eram mensuráveis, também faltavam instrumentos para realiza-los.

A elaboração do novo plano iniciou com o compromisso do MEC assumido em abril de 2008, durante a Conferência Nacional de Educação Básica. A proposta surgiu de discussões nos estados, Distrito Federal e municípios, por meio de conferências, cujos resultados foram analisados na CONAE (2010).

Foram mobilizados cerca de 3,5 milhões de brasileiros, contando com a participação de 450 (quatrocentos e cinquenta) mil delegados nas etapas municipal, intermunicipal, estadual e nacional, envolvendo em torno de 2% da população do país. Essas vozes se fizeram representadas por meio dos/as delegados/as eleitos/as em seus estados, presentes na etapa nacional. As discussões sobre o plano pautaram-se em cinco desafios que o Estado e a sociedade brasileira precisavam enfrentar:

- 1) Construir o Sistema Nacional de Educação;
- 2) Promover de forma permanente o debate nacional;
- 3) Garantir os acordos e consensos produzidos na CONAE;
- 4) Proporcionar condições para as políticas educacionais e,
- 5) Indicar, para o conjunto das políticas educacionais implantadas de forma articulada entre os sistemas de ensino (CONAE, 2010).

O PNE tem como principais objetivos elevar a escolaridade da população, melhorar a qualidade de ensino e reduzir as desigualdades. Previsto na Constituição e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o PNE tem a finalidade de orientar os esforços da União, dos governos estaduais e municipais (PNE, 2015).

Segundo Gabrilli (2012), O PNE é importantíssimo para reduzir as desigualdades, melhorar a qualificação da força de trabalho e para necessidade de se criar condições de suporte educacional ao desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil. As pessoas com deficiência encontram-se entre os grupos mais vulneráveis e excluídos do ensino formal já que enfrentam barreiras pedagógicas.

O Novo PNE está mais enxuto que o anterior e traz 20 (vinte) metas, dentre elas algumas na Educação do país.

- Universalizar o atendimento escolar da população de 04 e 05 anos, e ampliar até 2020, a oferta de Educação Infantil de forma a atender 50% da população de até 03 anos;

- Universalizar o Ensino Fundamental de nove anos para toda a população de 06 a 14 anos;

- Alfabetizar todas as crianças até, no máximo, os oito anos de idade;

- Oferecer Educação em tempo integral em 50% das escolas públicas de Educação Básica;

- Elevar a escolaridade média da população, bem como igualar a escolaridade média entre negros e não negros, com vistas à redução da desigualdade educacional;

- Erradicar até 2020 o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional;

- Implantar o piso salarial e plano de carreira (CONAE, 2010).

Segundo Paganotti e Ratier (2012), decidir quem paga a conta e o que fazer com quem não cumprir as metas é a condição para tirar do papel o Plano Nacional de Educação (PNE).

O Plano nos traz 10 diretrizes, dentre elas:

a) Erradicação do analfabetismo

A erradicação do analfabetismo deve levar em conta a qualificação profissional dos educadores, pois, alfabetizar um jovem, ou adulto, que já traz experiências de fracasso na sua vivência escolar, não deve ser realizado por alguém sem qualificação e preparação. Concluindo, qualquer programa que tenha como foco a erradicação do analfabetismo deve priorizar a qualificação dos alfabetizadores (MENEZES, 2005).

Somente com apoio de todos, desde os pais e/ou responsáveis, até o Ministro da Educação Nacional, passando pelos professores, coordenadores, diretores, alunos, e todos os agentes participativos da Educação, teremos uma melhoria e uma provável significativa mudança nos índices alarmantes de analfabetismo e evasão escolar existentes em nosso País. Vale lembrar que não somente os que não sabem ler são analfabetos, mas também aqueles que não sabem interpretar um texto ou redigir um, ou

aqueles que, acima de 15 anos, não frequentaram 04 anos de vida escolar (FREIRE, 2010).

b) Superação das desigualdades educacionais

Duas tendências teórico-sociológicas tentam explicar a desigualdade social e suas implicações na educação. Existe desigualdade porque as pessoas não têm acesso à educação ou seria o contrario a desigualdade não permite esse acesso igual a todos a educação?

1. Uma das tendências que tenta explicar esse fenômeno a partir de Émile Durkheim (2016) orientada pela perspectiva funcionalista tem como base o mau funcionamento da sociedade moderna capitalista, que com suas leis não garante nem permite um acesso à educação dificultando um nivelamento entre os desiguais, tornando-o menos participativo e capaz de influenciável pelas ideias de seu meio, não se favorecer do conhecimento de seus direitos. Estes conceitos é o de *estratificação* social dividindo educação em grupos diferenciados.
2. O outro conceito é o histórico-estrutural tendo como expoente Karl Max, economista e cientista político que partiu do conceito de dois pensadores Rousseau e Hegel, na abordagem como um fenômeno da sociedade capitalista moderna que manifesta pela propriedade privada e meios de produção. Dessa forma a diferença entre ricos e pobres deriva de que os ricos detêm a propriedade privada e os pobres a venda de força de trabalho. Sendo assim um cidadão instruído não seria interessante para classe que detém o poder, que é quem definiria o perfil de valores e ideologias a serem oferecidos e seguidos por toda a sociedade os operários alienados e conseqüentemente dominados.

Um educador brasileiro, Paulo Freire (2010) seguiu a teoria histórico-estrutural interpretando os pensamentos de Karl Max (1998) brilhantemente; Freire (2010) destacou a educação como forma de superação das desigualdades sociais.

Freire (2010) mostrou a educação de forma libertadora propiciando reflexões sobre a realidade e buscando construir novos conhecimentos; vencendo limites e ideologias impostas ao homem, tornando-o mais participativo em seu grupo social. Definiu a proposta pedagógica como Teoria da Libertação em que a educação se orienta

pela realidade de vida que passaria de estágio de consciência intransitiva para consciência transitiva e, em seguida, para o estágio de consciência crítica, permitindo assim uma noção maior da realidade e mobilização pela diminuição das desigualdades.

Então, logo se acredita que a desigualdade social, é que não permite o acesso igual a todos a educação. Assim sendo deve-se trabalhar buscando mecanismos para tornar a escola mais qualitativa e acessível a todos para superar as desigualdades sociais.

c) Melhoria na qualidade de ensino e formação para o trabalho

Trata-se de um desafio que afeta um problema geral, que é a baixa qualidade de ensino, mas que também, afeta individualmente a cada educador. Sem dúvida, não se pode negar a importância da formação docente para que haja uma melhoria efetiva na educação brasileira, em todos os seus níveis (COLL, 1997).

Os dados de desempenho recentes de pesquisas nacionais e internacionais, dos alunos de diferentes níveis de ensino, divulgados pela imprensa e comentados muito além dos muros acadêmicos, em análises que adentram o mundo jornalístico, acrescentam elementos ao elenco de argumentos que pedem por maior qualidade no ensino. Para que este país se torne mais justo em suas ofertas educacionais, profissionais e dê acesso aos bens e serviços, mormente os da educação, a qualidade educacional está no cerne como condições fundamental, sem a qual se torna impossível tais garantias.

Não é surpresa, sob tais perspectivas, que a formação docente seja tema muito abordado na Educação. Tanto no mundo acadêmico, como no mundo da prática de ensino. Facilmente constata-se esta preocupação quando se observam as investigações mais recentes na área de pesquisa. Tais dados vêm provocando debates que são encaminhadores de propostas acerca da formação inicial e continuada de docentes. A estes desafios colocados para elevar a qualidade na formação de professores, novas respostas foram sendo construídas pelas Instituições de Ensino Superior e suas unidades num movimento de criação de um fértil debate ao longo dos anos (BEHRENS, 2009).

d) Valorização dos profissionais da educação, entre outros.

Essa valorização não abrange apenas a questão salarial e o plano de carreira o que não quita de todo nossa dívida, pois o desenvolvimento profissional do docente deve ser sempre contínuo para uma real atualização do currículo e assim buscar

melhores e maiores conhecimentos acadêmicos, podendo melhorar sua atuação de educador.

Para valorizar o professor de facto, é necessário que o Estado não fuja de sua responsabilidade de ofertar a educação e os meios para isso, com qualidade. Muitas vezes, o docente se depara com o ambiente escolar em grande precariedade e com materiais didáticos em péssimo estado. As condições de trabalho são um ponto de extrema importância para essa valorização profissional, mais do que isso, valorização do processo educacional no país (PEREIRA, 2000).

Um ponto também de muita relevância é a falta de interesse dos jovens pela carreira docente, desmotivados pelas características do sistema de educação, o juro dessa dívida aumenta ainda mais, justamente, pelo fato de que não há mais interesse pelos mais jovens em ensinar seus futuros filhos. E mesmos aqueles que ensinam por vocação e paixão não recebem incentivos do Estado ou da sociedade pra iniciação docente nos Cursos de Licenciatura e Pedagogia (BZUNECK, 2010).

2.3. O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Governo Federal

O PDE com o objetivo de melhorar a qualidade da educação no País, com foco prioritário na Educação Básica. Para que isso seja possível, é necessário o engajamento da sociedade civil, pais, alunos, professores e dirigentes em iniciativas que ampliem as condições de permanência e efetiva aprendizagem do aluno na escola. Entre as várias ações previstas no PDE, encontra-se o “Plano de Metas e Compromisso de Todos pela Educação”, criado por meio do Decreto Presidencial nº 6.094, de 24 de abril de 2007.

O Plano de Metas e Compromisso “Todos pela Educação” é um programa estratégico do PDE, e inaugura um novo regime de colaboração, que busca concertar a atuação dos entes federados sem lhes ferir a autonomia, envolvendo primordialmente a decisão política, a ação técnica e atendimento da demanda educacional, visando à melhoria dos indicadores educacionais. Trata-se de um compromisso fundado em 28 (vinte e oito) Diretrizes e consubstanciado em um plano de metas concretas, efetivas, que compartilha competências políticas, técnicas e financeiras para a execução de Programas de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica. A partir da adesão

ao Plano de Metas e Compromisso Todos pela Educação, os estados e municípios elaboram seus respectivos Planos de Ações Articuladas.

2.4. Universidades e Cenário Brasileiro

O presente tópico analisa a situação do acesso à Educação Superior no Brasil refletindo sobre o papel e o espaço que o Ensino Superior deve ocupar na sociedade; a discussão em torno de suas funções e ligação com o mundo do trabalho; os recursos e as políticas públicas voltadas para sua estruturação e desenvolvimento dentre outras questões estão tangenciando os debates sobre Ensino Superior no mundo todo.

2.4.1 Educação Superior no Brasil e Financiamento

Os debates contemporâneos sobre a Educação Superior refletem as preocupações sobre sua trajetória futura. Tem-se como exemplo a realização em 1988 da primeira Conferência Mundial de Educação Superior, na qual, como fruto de todas as discussões promovidas nesta conferência, definiu-se pelos seus participantes que “a pertinência da educação superior deve avaliar-se em função da adequação entre o que a sociedade espera das instituições e o que estas fazem” (UNESCO, 2012).

Revisitando a história da Educação brasileira, encontramos durante o período Imperial a doação de bolsas de estudos para jovens que mostrassem desempenho educacional e ausência de recursos para investir em sua formação, nesse sentido, Castelo, (1970, p.73) informa que o sentido das bolsas de estudo era “(...) estímulo, de prêmio aos mais capazes e aos menos favorecidos, parece ter originado, com as características sociais, a bolsa de estudo, já hoje não mais de cunho local, regional, continental, mas universal.”

A concessão de bolsas de estudos para jovens desfavorecidos economicamente, foi uma iniciativa imperial, que tinha consciência de que o investimento na formação dos indivíduos iria gerar no futuro cidadãos competentes e atuantes em defesa do progresso nacional e desenvolvimento científico e intelectual. Ressaltamos que a doação de bolsas de estudos para alunos pobres, era praticada desde os primórdios, tendo suas raízes na Europa, como apresentada por Castelo (1970, p.75)

De Portugal, documentos dão nos notícias exatas de concessões por D. Sancho I, o povoador, de bolsas para estudos no estrangeiro e de que, no reinado de D. João III os bolseiros d'El Rei exerceram poderosa influencia nas atividades administrativas. (...) A iniciativa europeia das bolsas, com raízes na França, criou o Boursiniers, "alunos pobres mais capazes, os melhores alunos do ensino primário, que o Estado educa para os seus serviços e com os quais se vai felicitar mais tarde."

A ideologia que estava nas entrelinhas das concessões de bolsas de estudo, era arregimentar os jovens em prol do crescimento e desenvolvimento nacional. Convém destacar, que para além de um ato de caridade ou favoritismo, a concessão do auxílio era acompanhada de algumas obrigações dos bolsistas. Os quais deveriam anualmente comparecer a Assembleia legislativa, levando atestados de comportamento, frequência às aulas, aprovação de exames, assegurando assim o direito de terem a renovação da bolsa de estudos.

No Ceará, encontramos o caso de Vicente Machado Pimentel, que segundo Castelo (1970, p.76) foi um dos beneficiados com a bolsa de estudos,

(...) cujo auxílio é destinado ao custeio dos estudos de matemática no Rio de Janeiro, amparado pela lei n.539, de dezembro de 1850. Lei n.601, de 30 de outubro de 1852, autorizando o presidente da Província a conceder a lente do Liceu – Gonçalo de Almeida Souto, e ao substituto da mesma aula, Manuel Gomes de Castro Paiva, 5 anos de licença, com os respectivos ordenados, para estudarem na Academia de Olinda.

Sobre as leis de concessão de bolsas de estudo no Brasil, essas foram modificadas ao longo dos séculos, afinal, essas concessões estavam de acordo com o contexto histórico e social. Ainda na perspectiva do Ceará, destacamos o Governo de Raul Barbosa (1951-1954), que criou uma verba orçamentária específica destinada a concessão de bolsas de estudo. A concessão das bolsas tinha como critério um processo seletivo realizado por assistentes sociais, que procuravam beneficiar famílias numerosas e desfavorecidas economicamente, pois estando os estabelecimentos oficiais de ensino lotados, os bolsistas eram encaminhados a instituições educativas particulares.

A partir desse breve retorno a história da educação no Brasil, podemos constatar que o financiamento estudantil para os jovens menos favorecidos, não é uma iniciativa moderna, mais que teve suas bases ainda no governo Imperial e foi sendo aperfeiçoada

ao longo das décadas, afinal o intuito do financiamento educativo tanto no ensino secundário, quanto superior, era/é preparar os jovens para as necessidades do Estado.

Em 1999, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO - por meio do documento “Política de mudança e desenvolvimento do ensino superior” expõe a preocupação sobre as tendências e os desafios do Ensino Superior envolvendo contextos regionais, nacionais e locais. Esse documento propõe uma reflexão sobre as diferenças do desenvolvimento do Ensino Superior nos diversos países, principalmente revelado por três fenômenos em especial: “a expansão quantitativa que não obstante é acompanhada por desigualdades continuadas de acesso entre países e regiões; a diversificação de estruturas institucionais, programas e formas de estudos e as dificuldades financeiras” (UNESCO, 2012, p.12).

Mais recentemente, em julho de 2009, foi realizada em Paris, a segunda Conferência Mundial de Educação Superior, em que se discutiram “As novas dinâmicas da Educação Superior para a mudança social e o desenvolvimento” (UNESCO, 2012). Reunindo líderes e governos de vários países, o evento se pautou em algumas discussões sobre responsabilidade social da educação superior; acesso, igualdade e capacidade de apoiar o desenvolvimento econômico.

O embate entre a Universidade Pública versus a Universidade Particular, qualidade de ensino, formação para o mercado de trabalho, inclusão social dentre outras. Mais atualmente, foram acrescentadas a elas questões ligadas às Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação, o Ensino à Distância e a própria modernização da sociedade na Era do Conhecimento e a “Crise da Educação Superior” enfrentada ao longo de tempo (COELHO, 2009).

As Primeiras Escolas Superiores no Brasil surgem para preparar os servidores da ordem “[...] para o exercício do sacerdócio e foi principalmente, para eles que se fundaram os colégios, onde se passou a ministrar o ensino das ciências humanas, as letras e as ciências teológicas” (ROMANELLI, 2009, p.38).

Foi então que apareceu a Ordem dos Jesuítas, uma congregação diretamente financiada pelo papado instituída para combater a Reforma de Lutero na Europa. Esse movimento foi chamado de Contra Reforma e se expandiu na Europa e nas Américas com a missão de catequizar e combater as ideias protestantes.

Assim, o que existia era a Ensino Superior Religioso para ingresso na classe sacerdotal, que não poderia configurar-se necessariamente como uma Educação Superior estruturada. Já os filhos dos senhores de engenho que não queriam seguir a carreira eclesiástica eram encaminhados para a Europa, para completarem seus estudos e, posteriormente, voltarem letrados para o Brasil (ROMANELLI, 2009).

Quando ocorreu a expulsão dos jesuítas houve algumas iniciativas para manter o Ensino Superior, mas também foram desmanteladas. O Ensino Superior retorna a partir da chegada da família real para o Brasil no início do século XIX, com o objetivo de formar oficiais do Exército e da Marinha, engenheiros militares e médicos; assim, o modelo de universidade tradicional europeia foi substituído por cursos profissionalizantes. O caráter técnico e profissional, a elitização e o caráter serviçal para atender os interesses da coroa forjaram o modelo de universidade no Brasil (ROMANELLI, 2009).

Destarte, as primeiras instituições de Educação Superior no Brasil não foram estruturadas de acordo com o modelo tradicional europeu por diversas razões: a percepção jesuítica sobre o Ensino Superior para a formação de padres; a visão do governo português de formar pessoal para setor administrativo-burocrático e para a defesa militar e a entrada tardia do pensamento liberal na agenda da aristocracia brasileira. Acrescenta-se a este cenário a trajetória de Portugal durante toda Idade Média que, em função da adoção da política de neutralidade, esteve à margem dos principais acontecimentos políticos e econômicos (Renascentismo, Reforma de Lutero, Revolução Comercial e Industrial), pois neste momento priorizava a exploração do além-mar e posteriormente as riquezas advindas de suas colônias.

Do ponto de vista social e econômico, pode-se afirmar que, no final do Império já se percebia um cenário um pouco mais complexo: a expansão da lavoura cafeeira; algumas iniciativas industriais; a política imigratória e o fortalecimento da burguesia urbana. Porém, a Educação Superior somente se coloca como uma política de Estado no Período Republicano.

2.4.2 Ensino Superior no período Republicano

Em consonância com modelo cultural da época houve resistências das oligarquias mais conservadoras em relação à formação de universidades não enquadradas nos moldes da colônia (jesuítas). Por isso, durante a Primeira República, as tentativas de reformas não obtiveram êxito (SAMPAIO, 2009; ROMANELLI, 2009).

Basta considerar que as elites oligárquicas defendiam a manutenção da escola conservadora com apoio da burguesia industrial e da classe média, sendo que esta última almejava o status de elite e não tinha um novo paradigma de ensino, além de não ser interessante entrar em conflito com os conservadores e os burgueses. Enquanto isso, para a população rural, majoritária na época, a educação não era concebida como necessária (ROMANELLI, 2009, p.45).

Somente em 1920 surge de forma estruturada a Universidade do Rio de Janeiro, que se configurou a partir da união de cursos isolados que se ligavam entre si por meio de uma reitoria. Esta universidade foi implantada em meio a críticas ao seu modelo, pois ela passou a incorporar as Escolas Politécnicas e de Medicina e as Faculdades Livres de Direito, ou seja, três instituições com características próprias reunidas sem maior integração entre elas e cada uma conservando suas características (FÁVERO, 2006).

Na década de 1930 houve um aumento no Brasil das Universidades em Minas Gerais (1927); no Rio Grande do Sul, em São Paulo (1934) e no Distrito Federal (1935). Apenas as duas últimas incorporaram o espírito liberal-progressista e inovador de Fernando Azevedo e de Anísio Teixeira, que refletiam os anseios de uma sociedade que estava se tornando mais complexa e que os modelos tradicionais de universidade não podiam mais atender (FÁVERO, 2008).

A este respeito, Fávero (2008) entende que após a Revolução de 1930, mesmo o país necessitando empreender uma transformação em suas instituições privadas e públicas para atender as demandas da modernidade, essa transformação não foi concretizada.

Em 1931 foi aprovado o Estatuto das Universidades Brasileiras, com a promulgação do Decreto nº 19.851 (CUNHA, 2007). Segundo Fávero (2008, p.45) o Estatuto “pode ser considerado o marco estrutural da concepção da universidade em nosso país”, pois nele foram fixadas as finalidades da Educação Superior.

Novamente, há um fosso entre o idealizado e o realizado. As premissas legais como: estimular a investigação científica, elevar o nível da cultura geral, direcionar as atividades universitárias para a grandeza da Nação e o aperfeiçoamento da humanidade foram relegadas, limitando-se à formação técnica e científica que já mantinham (FÁVERO, 2008).

Pelo exposto, o Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931 não significou nenhum tipo de avanço. Com o crescimento da industrialização o país passa a necessitar de força de trabalho, e surgem novos espaços como Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), ambos mantidos pela iniciativa privada.

O governo de Juscelino Kubistchek (1956-1961), cuja meta focava a “institucionalização de uma educação para o desenvolvimento, ou seja, o incentivo ao ensino técnico-profissionalizante” deu continuidade ao Ensino Profissionalizante nos moldes do SENAI e SENAC (GHIRALDELLI JUNIOR, 2009, p.112).

No Brasil, o período de 1945 a 1964, foi predominantemente marcado pelo desenvolvimento, modernização e expansão do ensino motivado principalmente pela transferência da população da zona rural para a zona urbana e pela escolarização das mulheres que contribuíram para o aumento da demanda escolar. Em 1963, com João Goulart na presidência, admitia-se um quadro da educação brasileira muito preocupante: “7% dos alunos do curso primário chegavam à quarta série; o ensino secundário acolhia apenas 14% [...], somente 1% dos estudantes alcançava o Ensino Superior” (GHIRALDELLI JUNIOR, 2009, p.114).

2.4.3 Ensino superior pós 1964

A partir de 1964, o Governo Militar ao reestruturar a Política Educacional implanta uma Reforma Tecnicista sob os moldes empresariais, ou seja, tenta adequar a educação às necessidades da sociedade industrial emergente desta época. Esta concepção voltada à modernização e racionalização da educação vai influenciar a Reforma Universitária, cujas modificações resultarão na burocratização dos processos, na departamentalização de unidades e na perda da autonomia das universidades culminando na Promulgação da Lei nº 5.540/68 (Reforma Universitária) e

paralelamente no dismantelamento do movimento estudantil. Os principais pontos da reforma foram: vestibular unificado e classificatório e o incentivo à expansão da Educação Superior Privado (OLIVEN, 2012; GHIRALDELLI JUNIOR, 2009).

A Reforma Universitária empreendida pelo governo militar com ênfase na Doutrina de Segurança Nacional e em parceria com a “*Agency for International Development*”, buscava modernizar a educação brasileira nos moldes norte-americanos (MINTO 2009; CUNHA, 2007).

Na década de 1980, na área da educação o índice de evasão e reprovação no Ensino Médio, e o maior interesse nos Cursos Profissionalizantes em Nível Médio (acessibilidade, empregabilidade e salários atrativos) fizeram com que o Ensino Superior Público retraísse em relação ao quantitativo de universitários, invertendo a situação da época da ditadura: vagas ociosas no referido Ensino Superior.

Diante da ociosidade de vagas era necessário repensar as políticas que culminariam em uma nova reforma universitária, a partir de 1994, no governo de Fernando Henrique Cardoso, que vislumbrou criar uma administração pública moderna e racional e transformar a Educação Superior (SAMPAIO, 2009).

No governo de Fernando Henrique Cardoso a educação foi considerada como uma atividade não exclusiva de Estado (LIMA, 2010), ou seja, é dever do Estado prover, mas não ser responsável pela gestão. Este governo encontrou o sistema de Ensino Superior Brasileiro composto por 851 instituições, das quais 633, cerca de três quartos, na rede privada, com forte concentração regional no Sudeste, que tinha 539 instituições ou dois terços do total (SOUZA, 2008).

Um sistema que demandava uma série de problemas que na percepção de Souza (2008), poderiam se resumir: na inexpressiva expansão do ensino superior entre os anos de 1980 a 1994, no facto desse sistema ser pequeno e muito heterogêneo em termos de qualidade, na baixa absorção da população de Ensino Médio, em um sistema de acreditação que favorecia o setor privado, na formação de oligopólios e reservas regionais, nas discrepâncias regionais em relação às vagas oferecidas, e na forte pressão do setor privado para autorização de abertura de novos cursos.

A primeira medida para assegurar uma reversão dos problemas foi de cunho legislativo ao sancionar, em 1996, a atual Lei de Diretrizes de Base da Educação

Nacional – LBDN nº 9394, que forneceu abertura para a aplicação de outras medidas. O caráter dessas medidas foi de ordem gerencial e internacional e se materializou na redução de gastos públicos.

Especificamente sobre a qualidade, a Reforma da Educação Superior instituiu a acreditação, por meio um sistema de avaliação composto pelo Exame Nacional de Cursos – ENC - Provão – Lei nº 9.192/95 e o Plano de Avaliação Institucional – PAIUB (LOPES, 2009). Porém, as medidas não representaram um avanço para a melhoria da qualidade do ensino.

As Políticas da Educação Superior do Governo Lula, conforme o Ministério da Educação (MEC, 2010) envolveram: Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI; Programa de Educação Tutorial- PET; Programa de Apoio à Extensão Universitária - PROEXT; Acessibilidade na Educação Superior; Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior - PROMISAES; Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES; Credenciamento de Fundações de Apoio; Bolsas e Financiamento da Educação Superior; Programa Universidade Para Todos - PROUNI; Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior - FIES; Programa IES – MEC/BNDES; Programas e Convênios Internacionais; Programa de Estudantes Convênio de Graduação - PEC-G; Programa de Mobilidade Acadêmica Regional em Cursos Acreditados – MARCA (LOPES, 2009).

Em relação aos programas são feitas críticas, como por exemplo, ao PROUNI e ao FIES, pois impulsionaram a expansão fortalecendo mais o Ensino Superior privado já criticado pela baixa qualidade (NEVES; RAIZER; FACHINETTO, 2007).

Sobre a avaliação da referida Educação Superior, este governo propôs uma nova metodologia de avaliação. O Sistema Nacional de Avaliação Superior – SINAES – foi criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, com a proposta de promover uma avaliação mais complexa das instituições brasileiras abrangendo três eixos principais: avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes, tendo o censo e o cadastro como seus instrumentos de informações (DELORS, 2006).

Para colocar as Instituições de Educação Superior no papel que lhes atribuem e para que elas sejam protagonistas sociais é preciso não uma Reforma Universitária porque “reformular” corresponde a adequação a uma nova demanda, mas sim uma

desconstrução visando de um novo pensar e agir, uma nova concepção, que não dependa exclusivamente do mas das próprias instituições.

Morin (2007) salienta que para a mudança de pensamento, as ideias, as críticas e as contestações externas são elementos importantes, mas o fundamental é a análise interna e a vontade de efetivamente mudar. Portanto, para efetivar o rompimento das amarras culturais que engessam a função social das instituições de Educação Superior, não basta apenas a problematização da realidade, mas a disposição dos atores sociais de estarem diretamente envolvidos na mudança.

Exigências materializam na própria crise da Educação Superior cujos problemas mais graves evidenciam a insuficiência de oportunidades educacionais (MEC, 2003), bem como, reforçam a necessidade de Políticas Públicas, posicionamentos e vontade políticas legítimas que possam fazer frente à situação emergencial do sistema educacional brasileiro, pois “no Brasil, o nível de atendimento a jovens na faixa etária de 18 a 24 anos fica em torno dos 11%, um dos mais baixos da América Latina [...]” (MEC, 2003).

De certa forma, essa peculiaridade brasileira é o reflexo mais acentuado de uma Crise Mundial da Educação Superior enfrentada pelas nações de todo mundo, na medida em que a sua principal característica fundamental “[...] é a sua incapacidade de enfrentar os desafios e dar respostas adequadas às necessidades sociais de um mundo globalizado que não é solidário na produção, distribuição e utilização democrática do conhecimento” (MEC, 2003).

Esta discussão pode fornecer elementos e subsídios que ajudam a compreender melhor a Educação Superior inexoravelmente marcada pela sua história de conflitos e tensões. Após as breves reflexões apresentadas é possível entender o forte componente histórico existente no modo como a Educação Superior foi pensada e estruturada no Brasil e de como continua a gerar profundas lacunas e desafios para sua sociedade. Um longo caminho ainda deve ser percorrido, com embates éticos e morais, de ordem nacional e global, de direitos e deveres. Sabe-se que é um caminho de desafios, de avanços e retrocessos e que deve ser percorrido e respaldado por princípios democráticos e fortemente influenciado por valores humanitários e cidadãos.

3. POLÍTICAS EDUCACIONAIS: A UTILIZAÇÃO DO ENEM COMO FORMA DE INGRESSO NAS UNIVERSIDADES

Ao ser criado, em 1998, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) foi elaborado com o objetivo de testar habilidades e avaliar os estudantes das escolas públicas e privadas, com isso a procura e o interesse desses estudantes eram muito baixos. Como os resultados nos primeiros exames foram insatisfatórios, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) incentivou as universidades do país a adotar o ENEM como forma de processo seletivo.

Dentre essas universidades, tinha-se como objetivo incluir as universidades públicas, pois possuía credibilidade e ainda por não possuir nenhum custo. Com os esforços do governo, a aceitação do ENEM como forma de ingresso nas universidades obteve êxito e com isso a cada ano que era realizado o exame e mais universidades aderiram ao processo seletivo.

O acesso às Instituições de Educação Superior Privadas passou a ser através do Programa Universidade para Todos (PROUNI), que utilizava a nota do ENEM. Isso despertou grande interesse dos estudantes oriundos de escolas públicas e privadas, pois a adesão das Instituições de Educação Superior foi fundamental para fortalecer a credibilidade do Exame e contribuiu decididamente para transformá-lo numa nova referência na busca de alternativas aos processos seletivos tradicionais (Santos, 2011).

A partir daí, houve um aumento de inscritos no ENEM, o governo passou a ver a oportunidade de expandir o exame, então o Ministério da Educação (MEC) lança o Sistema de Seleção Unificada (SISU). Nesse contexto, o ENEM entra nas IFES com o intuito de tornar acessível o ingresso a essas instituições. Hoje em dia, as Instituições Federais de Ensino Superior - IFES procuram estudantes que possuam raciocínio lógico, que possuam outras habilidades. Por meio do ENEM esses estudantes são encontrados, pois possuem uma estrutura de avaliação diferente das que são utilizadas nos vestibulares tradicionais.

O ENEM utiliza, por exemplo, o modelo de Teoria de Resposta ao Item (TRI) que busca a centralização, ou seja, um modelo que não necessita que o candidato possua uma competência adquirida apenas na escola, mas sim a necessidade de que saiba

opinar, criticar, decifrar a questão exposta. Com isso, a Universidade Federal consegue através do SISU ou de qualquer outra forma de ingresso utilizando a nota do ENEM, ela consegue incluir em seu quadro de alunos, os melhores candidatos. Além disso, o Exame proporciona um novo parecer pedagógico com finalidade de se adequar à sociedade.

No ano de 2013, através da nota obtida ENEM, o governo ofereceu em 101 instituições públicas do país, 129.319 (cento e vinte nove mil trezentos e dezenove) vagas com um total de 3.752 (três mil setecentos e cinquenta e dois) cursos. Com esses dados, percebeu-se uma grande oferta de Cursos em Instituições Públicas, isso despertou o interesse de estudantes de varias regiões do país e com a aprovação destes, ocasionou uma mobilidade regional que permitiu aos futuros profissionais conhecer rincões distantes das suas regiões de origem; ter acesso à riqueza da gastronomia e da cultura popular, presentes nesses lugares; identificar os mais graves problemas da nossa República Federativa e, assim, proporcionar reflexões acerca dos nossos potenciais para solucioná-los a contento; criar uma identidade nacional, com bases nessas experiências, aspecto extremamente salutar para as futuras gerações de brasileiros (ANDRIOLA, 2011).

Nesse âmbito, pode-se perceber que desde a criação do ENEM e de alguns programas que facilita o acesso à universidade, seja pública ou mesmo privada, tem favorecido a população brasileira. E com novas políticas públicas aplicadas à educação, tem favorecido ainda mais, às universidades federais e privadas que estão se expandindo para às demais localidades de cada estado.

3.1. O Financiamento Público do Ensino Superior e o Programa Universidade Para Todos (PROUNI)

O presente tópico aborda a problemática do financiamento da Educação Superior, bem como as fontes variadas de captação de recursos e sua aplicação. Destaca as principais formas de financiamento no Brasil, bem como da necessidade de maior aplicação de recursos e a importância da inclusão social na educação superior.

3.1.1 FIES – Fundo de Financiamento Estudantil do Ensino Superior

Cada vez mais, são constantes as manifestações que a sociedade discute relacionadas aos princípios constitucionais envolvidos no processo de inclusão dos desiguais. É visível a ênfase dos debates sobre os direitos dos grupos historicamente excluídos postos à margem do processo de desenvolvimento em relação a temas como educação, acessibilidade, manifestação de opiniões e participação formal na economia do país.

Dessa forma, a Inclusão Social pela educação torna-se um tema amplo e multifacetado, com necessidade de análise que extrapola dados simples. Dentre os Programas criados pelo Governo Federal, propostos para este fim, tem-se o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES).

O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), criado em 1999, é um programa do Ministério da Educação, operacionalizado pela Caixa Econômica Federal, instituição financeira estatal. O FIES é destinado a financiar a Graduação no Ensino Superior de estudantes que não têm condições de arcar integralmente com os custos de sua formação. O Fundo financia até 100% do valor da parte da mensalidade devida pelo estudante à Instituição de Ensino (APRILLE; BARONE, 2009).

Para candidatar-se ao FIES, o aluno deve estar regularmente matriculado em instituição privada, cadastrada no programa e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC. Não poderão se candidatar os alunos cuja matrícula acadêmica esteja em situação de trancamento; alunos que já foram beneficiados pelo FIES e que sejam responsáveis por inadimplência com o Programa de Crédito Educativo (PCE/CREDUC); beneficiários de bolsas integral ou parcial do PROUNI, bem como em curso/ habilitação/turno diferente daquele vinculado à sua bolsa; alunos cuja renda bruta total mensal familiar seja inferior ao valor da mensalidade do curso a ser financiado. Quanto a esta restrição, a mesma não se aplica aos bolsistas parciais de 50% do PROUNI e aos bolsistas complementares de 25%, pois esse grupo não passa por processo seletivo para obter o financiamento do FIES (APRILLE; BARONE, 2009).

A relação do FIES com o PROUNI, para Moraes (2009), faz-se necessária para atender à questão do benefício concedido pelo governo federal na totalidade de 100%, ou seja, o estudante portador do PROUNI com bolsa parcial de 50% poderá requerer junto ao FIES o financiamento do percentual faltante e completar o total do valor pago na mensalidade.

De acordo com Pinheiro (2013), o FIES caracteriza-se como um apoio financeiro sob a forma de concessão de financiamento aos estudantes regularmente matriculados em cursos superiores em instituições privadas com avaliação positiva no Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES). A partir de 2007, passou a ser liberado para alunos de Cursos de Pós-graduação *Stricto Sensu*.

3.1.2 O FIES e a Inclusão Social

A questão do acesso a Educação Superior no Brasil pressupõe breve incursão na História da Educação Superior, no sentido de identificar e delimitar alguns marcos significativos de sua trajetória, que, direta ou indiretamente, concorreram para o delineamento da atual configuração das universidades brasileiras. Considerando o facto de que o Brasil nunca teve um modelo próprio de universidade, valendo-se sempre de exemplos e de experiências de outros países, pode-se observar uma superposição de modelos entre as Instituições de Educação Superior Pública e Privada (APRILLE; BARONE, 2009).

A definição e implementação de uma política de acesso à Universidade integram um rol de demandas oriundas, em boa parte, do cenário produtivo, na medida em que se necessita de uma força de trabalho mais qualificada e a disposição de estar sempre aprendendo, e a cobrança de um novo padrão de atitudes requer uma força de trabalho mais cooperativa, autônoma e comunicativa, Dessa forma, à educação é atribuída o papel estratégico de promover o desenvolvimento das novas capacidades requeridas do trabalhador (APRILLE; BARONE, 2009).

A discussão sobre a emergência e implantação das propostas de acesso dos jovens das camadas populares ao Ensino Superior no Brasil, a partir dos anos 1990,

insere-se no quadro das Políticas Públicas de Educação Superior. Desde meados da década de 1970, o quadro sociopolítico e econômico do país provocou mudanças na definição do caráter das políticas públicas, na relação entre o público e o privado e nos debates sobre a redefinição do papel do Estado, tocando na problemática do emprego e desemprego (CASTRO, 2001). Ao mesmo tempo, esses temas ganharam destaque nos debates e proposições feitas por agências multilaterais e organismos internacionais, interagindo com as Políticas Educacionais, sobretudo nos países em desenvolvimento (APRILLE; BARONE, 2009).

De acordo os dados do censo de 2000, de uma população de 170 milhões de habitantes (86 milhões feminina e 84 milhões masculina), menos de 5%, isto é, 5.890.631 (2.689.726 homens e 3.200.905 mulheres) tiveram acesso ao Ensino Superior e, desse montante, apenas 5.485.710 tinham completado Cursos de Graduação, sendo que somente 302.043 tinham diplomas de Pós-graduação (Mestres e Doutores) (APRILLE; BARONE, 2009).

A partir desse cenário, foi possível inserir com propriedade a discussão sobre o acesso ao Ensino Superior, temática que envolve não só os estudos das Políticas Públicas e dos mecanismos que levam à tomada de decisão, como também suas implicações nos modelos de avaliação em educação.

Segundo Aprille e Barone (2009), os Programas de Acesso ao Ensino Superior, dentre eles o FIES, inserem-se no âmbito das Políticas Inclusivas Compensatórias, visando corrigir as lacunas deixadas pelas insuficiências das políticas universalistas. Esses programas buscam equilibrar uma situação sempre que há a tendência a favorecer grupos hegemônicos no acesso aos bens sociais, bem como atender à dimensão de uma inserção profissional mais qualificada mediante uma base maior de inteligência, visando ao desenvolvimento científico e tecnológico do País.

O FIES tem registrado participação cada vez maior das Instituições de Ensino Superior e dos estudantes. Em 2006, participavam do FIES 1.110 (mil cento e dez) mantenedoras, 1.513 IES, 2.059 campi, 23.035 cursos/habilitações, além de 449.786 estudantes beneficiados. Mesmo assim, o FIES não conseguiu absorver a demanda e sequer atinge 10% do total de alunos matriculados no setor privado. A partir de 2005, o FIES passou a conceder financiamento também aos estudantes selecionados pelo

ProUni para recebimento da bolsa parcial de 50%, regularmente matriculados em Cursos de Graduação.

O FIES pode ser utilizado por esses estudantes para pagamento de 25% do valor da mensalidade. Quanto ao PROUNI, concebido em 2004 e implementado em 2005, visa a criação de condições para o acesso de estudantes carentes ao Ensino Superior, por meio da oferta de bolsas de estudo de diferentes modalidades, para instituições mantidas por iniciativa privada. Os bolsistas parciais do PROUNI não participam dos processos seletivos regulares do FIES, sendo designados períodos específicos para concessão do financiamento (APRILLE; BARONE, 2009).

O PROUNI oferece cotas para afrodescendentes, indígenas e deficientes. Assim, de acordo com Moraes (2011), o PROUNI consiste numa Política Pública voltada à garantia do acesso, permanência e inclusão dos beneficiados no mundo acadêmico, dando oportunidade de estudo a segmentos que, historicamente, tiveram dificuldade de acesso à Educação Superior.

Segundo o censo de 2010 do IBGE, o Brasil possui mais de 190 milhões de habitantes, distribuído por uma extensão territorial de mais de 8.500.000 km². Dessa forma, criar mecanismos de acesso, expansão e democratização da Educação Superior tem sido um dos desafios para o país ao longo dos últimos anos. Em 2010, a Lei nº 12.202/2010 trouxe modificações significativas referentes à taxa de juros do FIES, diminuindo o percentual da taxa e ampliando o prazo de quitação da dívida. Ainda por meio dessa Lei, egressos dos cursos de Medicina, Pedagogia e Licenciaturas têm a possibilidade de quitar a dívida executando prestação de serviços, o que acabou contribuindo para incremento da inclusão proposta pelo programa (PINHEIRO, 2013).

No sentido contrário ao defendido pelo Governo Federal em suas Políticas Públicas para a expansão e democratização da Educação Superior estão aqueles que questionam a opção por privilegiar instituições de ensino privadas, cuja maioria é: Faculdades ou Centros Universitários, desobrigados, portanto, da Pesquisa e Extensão. Da mesma forma que o Financiamento Estudantil é importante para uma parcela grande de alunos que não conseguem se sustentar financeiramente em uma faculdade privada. Entretanto, há mecanismos regulatórios, como os Índices Gerais de Curso e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), capazes de forçar o entendimento

das Instituições de Ensino Privadas com relação à obrigatoriedade da prestação de serviço adequada, mesmo que os alunos não entendam ou demandem de forma clara essa necessidade (PINHEIRO, 2013).

Esse debate sobre como o FIES é visto na perspectiva da inclusão social e na expansão das instituições privadas de ensino é necessário e contribui para o entendimento sobre como as gestões públicas e privadas utilizam do mesmo recurso para interesses distintos. De um lado a necessidade, do outro a oportunidade (CABRITO, 2002).

É preciso observar e investigar como as instituições privadas usam esses recursos, pois é possível ver um processo de arrendamento das mesmas por meio do financiamento público, e isso pode disfarçar a deficiência da expansão das universidades públicas (PINHEIRO, 2013).

Pinheiro (2013) realizou um estudo acerca da compreensão dos alunos com relação ao benefício e à percepção do FIES dentro de Cursos da área de Comunicação Social em um Centro Universitário de São Paulo. A pesquisa mostra dados sobre a percepção dos alunos com relação ao FIES, desde a necessidade de um financiamento para poder concluir os estudos, como o receio de assumir uma dívida de longo prazo.

Outro dado importante apresentado nos resultados é que o ENADE tornou-se o principal obstáculo para as Instituições Privadas usufruir o FIES, pois os cursos pesquisados só puderam aderir ao Programa de Financiamento em 2012, devido às notas baixas recebidas nos exames de anos anteriores.

A pesquisa supracitada concluiu que o FIES é necessário e importante para inclusão dos alunos na Educação Superior, ao mesmo tempo em que é uma ferramenta atraente para as instituições privadas de ensino em suas ações de “*marketing*”. Os dados do censo do MEC mostram crescimento das matrículas em universidades, faculdades e centros universitários. Sem o financiamento, provavelmente muitas instituições não sobreviveriam, já que algumas operam com quase 50% da sua população de alunos com o FIES.

Assim, Pinheiro (2013) demonstra que o debate acadêmico sobre Políticas de Inclusão que beneficiam não só os alunos, mas também as IES no campo financeiro se torna necessário, não só para o entendimento das Práticas de Gestão de “*Marketing*”,

como também para conhecer e debater as ações de controle de qualidade exercidas pelo Governo Federal. O elo mais frágil desse cenário é o aluno, que deseja e necessita da formação superior, ficando refém de instituições que visam somente benefícios financeiros proporcionados pelo FIES.

Neste sentido, é importante observar que o FIES crescerá em número de adesões, e o aluno terá uma missão importante de saber escolher qual é o melhor investimento para o seu financiamento: a universidade barata descompromissada ou a universidade mais cara que privilegia os seus pares.

Para Caldas (2012), toda Política Pública passa por um período de adaptação e melhorias contínuas de forma a atender satisfatoriamente aos atores envolvidos para alcançar os objetivos almejados. Então foi preciso ampliar a estrutura do FNDE de forma a atender alunos e instituições em tempo hábil. Para isso, foi indicada a abertura de um canal direto, tanto para o estudante como para as instituições de ensino, com a finalidade de solucionar problemas operacionais que surjam diariamente e que, muitas vezes, não podiam esperar pela solução, com a pena de perda de prazos. Também é necessário definir, por parte do Ministério da Educação, a liberação do financiamento para os Módulos de Ensino a Distância (EAD), uma modalidade de ensino que tem crescido bastante.

De acordo com o último Censo (2010) do Inep, o EAD responde por 14,6% das matrículas. É preciso estudar mecanismos para que os valores destinados pelas IES ao programa sejam liberados por curso, a fim de dar a oportunidade de mais estudantes usufruírem do sistema. Além disso, há que se considerar que a cultura do brasileiro ainda não incorporou a ideia de tomar crédito para custear seus estudos.

Para Grossi e Santos (2009), percebe-se que o Brasil está investindo nas Políticas Públicas Educacionais, mas, para que estas possam atingir os objetivos propostos, é necessária a participação da sociedade civil, apoiando e ao mesmo tempo fiscalizando as ações governamentais, pois a solução dos problemas sociais de um país não está somente na educação, mas também em como a sociedade está estruturada.

Por fim, seguem alguns dados do Ministério da Educação (2010), que demonstram o crescimento do ingresso e da conclusão de Cursos de Graduação no Brasil ao longo dos últimos anos.

3.1.3 A Universidade Aberta do Brasil (UAB) e o Instituto Federal de Ensino Superior (IFES)

O surgimento do Ensino a Distância (EAD) no mundo começou em contextos de guerra, no quais os soldados estudavam em suas folgas. Depois esse método foi aplicado para formar profissionais a fim de suprir a demanda de educação na sociedade. No Brasil a evolução se deu por meio de correspondências, rádio, televisão e finalmente a internet.

Já no Brasil, o Ensino a Distância teve seu começo no fim do século XIX, um dos primeiros cursos à distância ensinavam datilografia por correspondência, e depois tiveram aulas que começaram a ser passadas pelo rádio, e mais tarde esse instrumento de aprendizado que foi o rádio, virou tema de curso.

Depois do rádio surgiu a televisão, e assim como antes, aí também foi empregado o ensino a distância. Através de transmissões ao vivo via satélite, um professor dava a aula para uma câmera, e do outro lado, em várias outras cidades do interior, essa aula era televisionada para dezenas de alunos.

Com a evolução dos computadores e da internet, o Ensino a Distância teve seu desenvolvimento mais significativo. Computadores bons para a visualização e armazenamento de vídeos em alta resolução e conexão com a internet de banda larga, começaram a permitir que o aluno tenha suas aulas em casa, faça seus trabalhos no horário em que se encaixe enviando suas dúvidas.

As aulas são gravadas pelos professores e disponibilizadas no Ambiente Virtual de Aprendizado (AVA), que é como uma sala de aula que cada curso disponibiliza para seus alunos acessarem o conteúdo das matérias, e que serve também para eles interagirem entre si, visando simular ao máximo o ambiente de uma sala de aula para aquelas pessoas que não tinham condição de frequentar um curso presencialmente.

Esta foi a evolução cronológica do Ensino a Distância no Brasil, no início, surgiu timidamente através de correspondências, passou a ser feita via rádio, então as variedades de cursos foram crescendo, e conforme as tecnologias e meios de comunicação foram se expandindo para suprir a necessidade da educação, o ensino no Brasil procurava em cada tecnologia um meio de se complementar e crescer junto. Mais

tarde foi criando parcerias com universidades, assim surgiu o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).

O sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) é um programa articulador entre governo federal e entes federativos que apoiam universidades públicas a oferecerem cursos de nível superior e de pós-graduação por meio do uso da modalidade de educação à distância (ALMEIDA, 2013).

O sistema foi criado em 2005 e instituído pelo Decreto 5.800, de 08 de junho de 2006, para "o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País", sendo gerenciado pela CAPES (ALMEIDA, 2013).

Tem como proposta formar gestores, professores e profissionais da educação em temas e conteúdos que perpassam a educação, tais como diversidade, gestão, direitos humanos, educação inclusiva, educação ambiental, saúde e escola, dentre outros. É um sistema que contribui para universalização da educação, acesso a Educação Superior, formação e requalificação de professores.

3.2. Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto Presidencial n°. 6.096/07, tem como finalidade principal (proclamada) reunir esforços para a consolidação de uma Política Nacional de Expansão da Oferta da Educação Superior Pública, com vistas a atender a meta estabelecida pela Lei n°. 10.172/01 (Plano Nacional de Educação) de estender, até o final da presente década, a Educação Superior para pelo menos 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos (MEC, 2007).

O REUNI é destinado às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). A adesão ao programa, que é "voluntária", implica na elaboração, por parte das IFES, de um Plano de Reestruturação que contemple as diretrizes, os objetivos e as metas estipuladas pelo governo federal. Este documento deverá ser aprovado pelo órgão superior da instituição e prever um aumento mínimo de 20% nas matrículas de

graduação projetadas para a universidade. Cumpridas estas exigências caberá ao MEC aprovar ou não a inclusão da instituição no Programa (MEC, 2007).

De acordo com o governo federal, os recursos financeiros para a implantação do REUNI serão repassados às universidades na medida em que seus respectivos Planos de Reestruturação forem aprovados pelo MEC. A promessa é de que serão investidos, entre 2008 e 2011, cerca de 02 bilhões de reais. Uma parte destes recursos corresponde a 500 milhões de reais, será alocada em conformidade com o número de matrículas projetadas, enquanto o restante será distribuído com base num “valor de referência-SESU” de 05 mil reais para cada nova matrícula (MEC, 2007).

Para o governo federal, o REUNI oferecerá “uma oportunidade para inovar o cenário de educação superior, permitindo novos mecanismos de seleção de estudantes, novas articulações curriculares e novos percursos formativos”. Desta forma, declara que a participação no Programa impõe às IFES um compromisso de não apenas aumentar a quantidade de vagas nos cursos de graduação, mas também de aprimorar a qualidade do ensino que oferecem (MEC, 2007).

a) Os objetivos proclamados, as metas e as diretrizes do REUNI.

O Programa apresenta dois objetivos centrais: a criação de condições para a ampliação do acesso e permanência à educação superior e; o estabelecimento de um melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.

Para alcançar estes objetivos, o REUNI pretende: elevar a taxa de conclusão média dos cursos presenciais de graduação para 90% e; aumentar para 18 a relação professor/aluno nos cursos presenciais de graduação. Destaca-se que a intenção do governo é efetivar estas mudanças em cinco anos, a contar do início de cada plano.

Por outro lado, o MEC aponta alguns problemas que deverão ser superados para que os objetivos e metas do REUNI sejam alcançados, problemas estes decorrentes de modelos de formação acadêmica e profissional considerados obsoletos, mas ainda presentes no sistema de Educação Superior Brasileiro, caracterizados: pela fragmentação do conhecimento; pela presença de currículos pouco flexíveis; pela

distância entre graduação e pós-graduação; pela precocidade na escolha da carreira profissional por parte do alunado; e pelas formas pontuais e socialmente excludentes de acesso aos cursos de graduação (MEC, 2007).

Estes problemas estariam sendo aprofundados em virtude de complicadores no plano operacional: a centralidade da formação profissional nos cursos de graduação; a dificuldade de se aprovar propostas curriculares “inovadoras”, por conta de sua incompatibilidade com as regras de classificação, organização e oferecimento de componentes curriculares; a falta de decisão política da universidade pública, somada à sua carência de recursos, para a efetivação de políticas afirmativas que garantam a permanência de estudantes em condições sociais desfavoráveis; a não observação da flexibilidade e da interdisciplinaridade pela maior parte dos cursos de graduação; as práticas pedagógicas tradicionais adotadas nos cursos de graduação, baseadas em aulas expositivas e uso incipiente de recursos tecnológicos e outras formas “inovadoras” de ensino; a predominância de padrão de formação em pequenos grupos, principalmente em componentes curriculares cuja natureza não requer uma baixa relação professor/estudante; a grande ociosidade dos espaços físicos das unidades universitárias, sobretudo no período noturno; e os elevados índices de evasão de estudantes nos cursos de graduação (MEC, 2007).

Esta estrutura de formação acadêmica e profissional, nas condições de um mundo globalizado, estaria colocando o país em risco de isolamento nas esferas científica, tecnológica e intelectual. Diante deste cenário, o Ministério da Educação afirma ser necessária a implantação de modelos de formação de profissionais mais abrangentes, flexíveis e integradores e, conseqüentemente, a reestruturação do sistema federal de ensino superior (MATURANA; VARELA, 2005).

O Decreto n°. 6.096/07, em seu artigo 2°, apresenta as diretrizes que deverão nortear esta reestruturação, a saber:

- A redução das taxas de evasão, a ocupação das vagas ociosas e o aumento das vagas de ingressos, especialmente no período noturno;

- A ampliação da mobilidade estudantil, por meio de aproveitamento de créditos e da circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de Educação Superior;
- A revisão da estrutura acadêmica, a reorganização dos cursos de graduação e a atualização das metodologias de ensino e de aprendizagem; a diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente com a superação da profissionalização precoce e especializada;
- A ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil;
- A articulação da graduação com a pós-graduação e a articulação da educação superior com a educação básica (BRASIL, 2007).

Portanto, ao aderir ao REUNI, as universidades federais deverão empreender uma profunda reestruturação acadêmica, que compreenderá desde a atuação docente em sala de aula - abandono das práticas ditas tradicionais e adoção de metodologias de ensino-aprendizagem “inovadoras”, passando pela otimização dos recursos físicos e humanos existentes, até a revisão das estruturas dos cursos de graduação, que deverão ser mais flexíveis, tanto no que se refere à mobilidade dos estudantes entre cursos, programas e instituições, quanto em relação às modalidades de graduação.

A caracterização dos complicadores no plano operacional, bem como as diretrizes elencadas, remete a propostas e conceitos também destacados pela reforma neoliberal da década de 1990:

- Expansão do acesso ao ensino superior pela otimização dos recursos disponíveis;
- Violação da autonomia universitária; flexibilidade;
- Inovações.
- Remetem também à transposição da política neoliberal ao plano didático, ou seja, às “pedagogias do aprender a aprender”:
- Desvalorização do conhecimento;

- Desvalorização da universidade como instituição produtora e socializadora do conhecimento;

- Concepção de educação e conhecimento como instrumentos destinados a perpetuar a ordem existente.

b) Um contraponto ao discurso governamental: as considerações do ANDES-SN sobre o REUNI

Pareceu oportuno recorrer ao posicionamento do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Educação Superior (ANDES-SN) a respeito do REUNI, e de modo geral, a respeito do PDE, não apenas por se tratar de uma entidade significativa na luta pela consolidação de uma educação pública e de qualidade no país, mas principalmente porque o ANDES - SN tem se colocado de forma contrária às medidas propostas ao ensino superior por tais iniciativas.

Em linhas gerais, o Sindicato tem argumentado que o PDE:

- Vem sendo implementado pelo governo federal de forma autoritária, sem o necessário diálogo com a comunidade acadêmica e com a sociedade;
- Pretende desmontar a universidade pública baseada na indissociabilidade entre ensino-pesquisa; e,
- Almeja expandir o acesso ao ensino superior sem ampliar os investimentos estatais em educação. Em suma, para o ANDES-SN, sob as bases descritas anteriormente, a tão propagada expansão do ensino superior provavelmente será cumprida por meio do “rebaixamento da qualidade da formação profissional e do trabalho acadêmico” (ANDES-SN, 2007, p.28).

Quanto ao REUNI, mais especificamente, o ANDES-SN apresenta uma série de questionamentos, especialmente em relação às promessas de respeito à autonomia universitária, e de ampliação do acesso à universidade sem o rebaixamento de sua qualidade.

1. Autonomia universitária

O ANDES-SN (2007, p. 20) avalia que atrás do discurso do respeito à autonomia das universidades federais, o REUNI representa uma agressão a este princípio constitucional, sobretudo por que:

- I- Os decretos pressionam os dirigentes universitários a aderirem às suas regras com a promessa de aumento de verbas;
- II- As drásticas alterações previstas pelo Programa não estão sendo minimamente discutidas pela comunidade universitária dado os prazos exíguos estipulados pelo MEC; e,
- III- A inclusão no Programa submeterá a universidade, “por cinco anos, a um controle tecnocrático que obedecerá à lógica do acompanhamento de metas quantitativas, método que caracteriza o funcionamento de algumas empresas internacionalizadas, e que nem para essas representa a melhor solução”.

2. Elevação da relação professor-estudante nos cursos de graduação presenciais

O Sindicato afirma que a relação numérica entre professor/estudantes nas universidades brasileiras tem se situado, historicamente, em torno de 10 estudantes por professor nos cursos de graduação³. Esta relação estaria próxima à existente em países que possuem universidades cuja organização acadêmica é semelhante à brasileira, como é o caso do Japão, da Alemanha e dos países nórdicos.

Elevar a relação professor-estudante como propõe o REUNI, na visão do ANDES-SN, fatalmente tornaria o trabalho docente ainda mais precário, considerando o déficit atual de professores nas universidades federais e tendo em vista que a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão impõe aos professores atribuições que extrapolam a docência, tais como:

- I- Acompanhamento de atividades experimentais de estudantes de período integral;
- II- Atendimento individualizado aos alunos de graduação;
- III- Atendimento de estudantes de pós-graduação;

- IV- Desenvolvimento de pesquisas;
- V- Participação em órgãos administrativos;
- VI- Participação em atividades de extensão, entre outros.

3. Elevação de taxa de conclusão média dos cursos particulares de graduação para 90%

A proposta de elevar o índice de aprovação nos cursos presenciais de graduação para 90%, segundo o Sindicato, é incompatível com a proposta já citada de elevação da relação professor-estudante. Na análise da entidade, baixas taxas de reprovação pressupõem atendimentos mais individualizados aos alunos, o que seria inviabilizado com a relação de 18 alunos por professor. Deste modo, o ANDES-SN prevê que caso o governo federal insista nesta meta, poderá ser instituído nas universidades a aprovação automática, isto é, os estudantes seriam aprovados nos cursos independentemente de seu desempenho acadêmico (ANDES-SN, 2007).

4. Recursos

O ANDES-SN afirma que o REUNI não apresenta proposta de incremento aos investimentos estatais destinados anualmente a Educação Superior; portanto, não haveria garantia de que o aporte financeiro previsto pelo programa seria capaz de concretizar a expansão de vagas pretendida.

Uma ampliação séria do acesso ao ensino universitário, com garantias de qualidade, sustenta o Sindicato, implica o aumento do financiamento público para a educação como um todo. Nesse sentido, propõe – em conformidade com o Plano Nacional da Educação: Proposta da Sociedade Brasileira (2007, p.52) – elevar os investimentos na área em até 10% do PIB, considerando que posteriormente este índice poderia ser reduzido, gradualmente, para 7% do PIB, à medida que se estabilizar a oferta de vagas.

d) O REUNI e a autonomia universitária;

- e) A Constituição Federal de 1988 (CF88) conferiu autonomia às universidades públicas com o intuito de “proteger o ensino superior de qualquer tipo de manipulação, de política partidária e de autoritarismo” e, assim, garantir que

estas instituições cumpram suas funções essenciais: o ensino, a pesquisa e a extensão (BASTOS, 2009, p.481).

Deise Mancebo (2009) assinala que na área do direito público os doutrinadores têm convergido em definir a autonomia universitária como um poder de auto - norma, que é exercível de acordo com os limites impostos pelo ordenamento jurídico superior que lhe deu origem, ou seja, a Constituição Federal de 1988. Desde modo, a universidade poderá regular com normas próprias tudo aquilo que não se encontra especificado pela Carta Magna.

Como explicita o artigo 207 da Constituição Federal, a autonomia das universidades brasileiras abarca cinco aspectos:

- **A autonomia disciplinar:** expressa o poder de impor sanções, de modo a manter o funcionamento satisfatório da instituição.
- **A autonomia administrativa:** por sua vez, diz respeito ao facto da universidade ser administrada por seus próprios agentes e professores, representando o direito de editar normas próprias para sua organização interna, que abrange os aspectos didáticos e científicos, a administração de recursos humanos e materiais e o direito de eleger seus dirigentes (BASTOS, 2008).
- **A autonomia didática e científica:** remete, no âmbito do ensino, à liberdade da universidade na definição dos métodos pedagógicos que julgar mais apropriados; no âmbito científico significa que a universidade tem o poder de definir os objetivos, a forma e o desenvolvimento da pesquisa que produz. Bastos (2008) afirma que a existência da autonomia didático-científica pressupõe que as decisões envolvendo a criação ou a extinção de cursos, sua expansão ou modificação, a contratação e dispensa de professores, além dos planos de carreira docente, devem ficar a cargo dos órgãos colegiados da universidade, que deliberarão sobre estas questões mediante os recursos orçamentários disponíveis.
- **A autonomia de gestão financeira e patrimonial:** corresponde, por um lado, à faculdade de que a universidade dispõe de gerir seu orçamento segundo “seus

critérios de conveniência e oportunidade” e, por outro, à sua capacidade de “instituir fundações com os bens de seu patrimônio, de ceder e transferir os bens imóveis de sua propriedade e de decidir acerca de sua utilização e tributação” (BASTOS, 2008, p. 473).

Em virtude da autonomia disciplinar, administrativa, didático-científica e de gestão financeira e patrimonial, a “Administração Pública fica impedida de interferir na gestão administrativa das universidades ou inibi-la por meio da edição de normas” (BASTOS, 2008, p. 488).

Em virtude da autonomia disciplinar, administrativa, didático-científica e de gestão financeira e patrimonial, a “Administração Pública fica impedida de interferir na gestão administrativa das universidades ou inibi-la por meio da edição de normas” (BASTOS, 2008, p. 488).

Na análise de Mancebo (2009) existem atualmente pontos de consenso em relação à autonomia das universidades brasileiras:

- I- Autonomia não é soberania, ou seja, embora o poder de se autorregular permita, na medida em que a universidade constrói sua própria identidade, certa individualização, ela não poderá negar seus vínculos com a sociedade, de modo que sua atuação deverá sempre ser pautada pelos preceitos constitucionais, o que não lhe permite se desviar de seu objetivo essencial (o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão), tampouco entrar em contradição com o texto constitucional;
- II- A autonomia vem sido exercida pelas universidades de modo bastante limitado e isto estaria ocorrendo em decorrência da multiplicidade e da superposição de leis e atos normativos e, da total imprevisão quanto ao repasse dos recursos financeiros, que impede a efetivação da autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.

Vê-se que é com razão que o Andes-SN (2007, p. 45) vem defendendo ao logo dos últimos anos a auto aplicabilidade do art. 207 da CF88, “sem qualquer referencia à necessidade de sua regulamentação por meio de legislação complementar” e, no campo

do financiamento, a existência de dotação orçamentária específica para a educação que seja capaz de financiar o ensino, a pesquisa e a extensão “[...] Ao Estado compete financiar o ensino, a pesquisa e as atividades de extensão nas universidades públicas, destinando-lhes recursos orçamentários em montante não inferior a 12% do Orçamento da União, em dotação específica para a educação e vinculada a este fim” (ANDES-SN, 2007, p. 49).

O REUNI pode apresentar prováveis violações à autonomia didático-científica, administrativa e financeira das universidades federais. As metas e os objetivos propostos também colocam sérias dúvidas sobre a manutenção da indissociabilidade entre ensino e pesquisa e sugerem que poderá haver um aprofundamento da precarização do trabalho universitário.

O preceito constitucional da autonomia didática é ameaçado tanto no plano micro da sala de aula, onde será imposto aos docentes a adoção de metodologias de ensino e de aprendizagem supostamente inovadoras, como no plano institucional, com a flexibilização das estruturas dos cursos de graduação, que deverão permitir a mobilidade dos estudantes entre cursos, programas e instituições. Ao mesmo tempo é violado o direito do docente de decidir acerca dos métodos pedagógicos mais adequados ao seu trabalho e restringidos a ação dos órgãos colegiados universitários, já que as definições sobre a estrutura e modificações nos cursos de graduação passam a ficar a cargo do governo.

A determinação do REUNI de fazer com que as universidades aperfeiçoem seus recursos, em virtude da elevação do número de matrículas proposta, por sua vez, fere sua autonomia administrativa, usurpando sua competência de administrar seus recursos materiais e humanos. Isto também viola a autonomia didático-científica, pois a decisão, por exemplo, de aumentar a relação professor/estudante certamente terá efeitos didáticos e irá diminuir o tempo dedicado às atividades de pesquisa e extensão.

A universidade “reestruturada” também perderá o direito de gerir seu orçamento, já que os recursos recebidos deverão ser alocados visando ao cumprimento das metas e objetivos do Programa. O REUNI, portanto, toma para si atribuições que pertencem às universidades e coloca a expansão do acesso ao ensino superior e a qualidade do

trabalho universitário como questões meramente de gestão, e não de caráter político, que passam diretamente pelo incremento nos investimentos públicos em educação e se relacionam com as finalidades da educação e da universidade: transformar a realidade ou perpetuá-la.

3.3. Cenário favorável para a expansão da educação superior no Brasil

É importante clarificar que apesar do discurso neoliberal em defesa do Estado-mínimo e a consequente estagnação ou redução da prestação de serviços públicos não se deve presumir que o Estado esteja minimizando suas ações na área econômica e política, posto que continue com forte participação em sentido social lato. Neste sentido, na área educacional:

[...] o chamado Estado-avaliador priva-se do financiamento da educação, ou pelo menos, reduz drasticamente sua participação na oferta desse serviço, provoca, em decorrência, a deterioração da infraestrutura e dos salários do pessoal docente e não docente; todavia, incrementa e sofisticada suas funções de fiscalização, descendo a detalhes mínimos para a determinação dos graus de eficácia, de eficiência e de produtividade das instituições educativas e de seus diversos atores (MANCEBO, 2008, p. 58).

Desta forma, o Estado exerce de forma austera o papel de controlador, disciplinador e regulador do sistema educacional. Para tanto, adota sistemas de coordenação, avaliação e controle com vistas a estimular a administração gerencial e a competição de tipo empresarial, por consequência submetem os sistemas de ensino aos interesses do mercado.

Assim, de acordo com Chaves (2010, p.56),

A ideia fundamental presente nas reformas educativas, nas décadas de 1980 e 1990, em conformidade com os organismos internacionais, é que os sistemas de ensino devem se tornar mais diversificados e flexíveis, objetivando maior competitividade com contenção nos gastos públicos.

Neste sentido, as instituições públicas de educação superior passam a ser induzidas a estabelecerem contratos de gestão, o que as levará ao encontro da materialização da parceria público-privada, como forma de tornarem-se competitivas e produtivas (CHAVES, 2010).

Desta forma, este conjunto de mudanças irão impor às universidades públicas um novo modelo organizacional, fundado em uma lógica cuja racionalização evidencia a adoção de um paradigma contábil, que objetivou torná-las mais ágeis, flexíveis e produtivas, sob a ótica do mercado (OLIVEIRA, et. al. 2010). Neste contexto, o Estado concebe estratégias em forma de programas e os transforma em editais, de modo a fazer com que as instituições universitárias disputem entre si recursos financeiros adicionais com a justificativa de elevar a qualidade e a eficiência traduzidas em resultados quantitativos.

Não obstante, deve-se admoestar para as deveras consequências dessas políticas:

a) mantém a política de concentração de investimentos no eixo sul-sudeste e, ao mesmo tempo em que os pesquisadores se submetem, em larga medida, à lógica competitiva, reduz a pressão da categoria que reivindica maior investimento por parte do Estado na área da pesquisa e educação e ainda, em razão desta política inalterada o cerne da problemática que reside na questão orçamentária da União, de modo a elevar o percentual destinado à educação;

b) a intensificação do trabalho docente tendo a frente deste processo a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), órgão vinculado ao Ministério de Educação, o qual imprime a lógica produtivista no meio acadêmico, transformando, em grande medida, o tempo da Ciência “didático-científico” no tempo burocrático por via de seus critérios avaliativos.

Desta maneira, estabelece-se uma nova relação de trabalho aos docentes/pesquisadores universitários, em função de fontes alternativas de financiamento para o desenvolvimento de suas pesquisas ou ainda por conta da defasagem salarial. Além disso, esses trabalhadores passaram a submeterem-se, como nunca, a extensas horas de trabalho para dar conta de concorrer as editais sob o molde da parceria público-privada, ou seja, seu trabalho agora se coloca como refém dos ditames do mercado.

Assim, deve-se considerar que há uma estreita relação entre financiamento e autonomia, posto que a dependência do financiamento seja responsável, em alguma medida, por amarras à liberdade acadêmica das instituições. Nesta direção, o que se observa nas instituições públicas que são financiadas com recursos do fundo público, é

a “tentativa ou a tentação do controle estatal, a fim de obrigar a universidade a cumprir seus deveres com a sociedade” (OLIVEIRA et. al. 2010).

Deste modo, justifica-se o financiamento estatal como meio de preservar o conhecimento produzido no interior das instituições de Educação Superior, sobretudo nas universidades públicas, como bem comuns de interesse público.

Por outro lado, no caso das instituições privadas, a dependência financeira manifesta-se no “quase mercado” educacional, por via do pagamento das mensalidades dos estudantes e dos contratos estabelecidos com o governo que libera verbas públicas para essas IES por meio de programas específicos (como o PROUNI e o FIES). Por conseguinte, o mercado tende a direcionar e/ou controlar os rumos das atividades acadêmicas na universidade pública. Portanto, a relação público/universidade pública e autonomia, vale destacar:

Quando o financiamento com recursos do fundo público revela-se insuficiente e as instituições públicas dirigem-se fortemente às atividades de prestação de serviços, oferecendo cursos, assessorias e consultorias remuneradas, elas passam, então, a enfrentar dois polos de controle: o estatal e o do mercado; cada um deles, a seu modo, influencia fortemente na produção do trabalho acadêmico, o que acaba por tolher boa parte da liberdade acadêmica (OLIVEIRA, 2010).

Na metade da década de 1990 o quadro do sistema educacional brasileiro já evidenciara para a real necessidade de expansão da educação superior, de modo a absorver a crescente demanda neste nível de educação, facto este que será confirmado na elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE), em 2001. Para tanto, a questão do financiamento é condição, “*sine qua non*” para ampliar o número de oferta de matrícula na Educação Superior, em especial nas Instituições de Educação Superior (IES) públicas.

Assim, há na Legislação Brasileira vigente a responsabilização do Estado no que tange ao financiamento de instituições públicas e privadas, sendo que no caso das privadas observadas as devidas condições. Neste sentido, a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 213 a injeção de recursos públicos às instituições privadas classificadas como comunitárias, confessionais ou filantrópicas desde que comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação e que

também assegurem à destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ao poder público, no caso de encerramento de suas atividades.

Vale ressaltar que em relação às atividades de Pesquisa e Extensão, qualquer instituição privada, particular em sentido estrito, está apta a receber apoio financeiro do poder público. Entretanto, é preciso destacar que tal posicionamento constitucional contraria, em larga medida, os movimentos sociais organizado em defesa da educação pública.

No que diz respeito às instituições públicas de Educação Superior, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de nº 9.394/96 em seu art. 55 afirma que “Caberá a União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas”. O que ratifica o seu papel histórico, já contemplado na Constituição Federal de 1988.

No documento elaborado pelo governo federal denominado Plano Nacional de Educação, em 2001, com duração de dez anos, está contido as Diretrizes e Metas para cada nível e modalidade de ensino, bem como sobre o financiamento da educação.

Ao tratar da Educação Superior, admite e reconhece que o Brasil quando comparado ao conjunto dos países localizados na América Latina apresenta um dos índices mais baixos de acesso a este nível de educação, ainda que se leve em consideração o setor privado. Nesta direção, enfatiza a população na faixa etária de 18 a 24 anos que corresponde a 12% do universo de matriculados na Educação Superior.

Diante disso, como forma de equacionar este quadro estabelece no referido documento a principal meta: “Promover, a até o final da década, a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos”. Nesta perspectiva, entra em cena, a Medida Provisória de nº 213, de 10 de setembro de 2004, a qual institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, onde visa à concessão de bolsas de estudo integrais e parciais de cinquenta por cento (meia-bolsa) para cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos.

Vale frisar que a lógica dessa política de acesso á Educação Superior voltada para estudantes de baixa renda e que também contempla as minorias étnico-raciais, tem por base a renúncia fiscal. Neste sentido, visa desonerar as mantenedoras de instituições de ensino superior, ao mesmo tempo, em que procura reduzir o custo da mensalidade de curso de graduação e sequenciais de formação específica.

O que desta forma, vale destacar: “[...] tem como meta desonerar o bolso do estudante, em especial, do estudante de baixa renda que, de outra forma, ficaria privado de formação educacional superior” (HADDAD; PALOCCI, 2009, p. 66).

Assim, de acordo com a citação supracitada, admite-se, portanto que o esforço do governo por via das políticas públicas em possibilitar o acesso a Educação Superior se concentrará no setor privado ao invés do setor público de educação. O que nesta perspectiva vai ao encontro das orientações do Banco Mundial, no que tange a categoria equidade.

Por outro lado, cabe ressaltar:

[...] a proposta é tentar conter a demanda dos setores populares pelo direito ao ensino superior, através de vagas em supermercados de diploma, em cursos sem qualidade, tendo o ganho adicional de garantir a lucratividade de um setor empresarial ameaçado pelos mais de 30% de inadimplência (MATTOS, 2011).

Assim, é possível afirmar que esta é a primeira notória manifestação da materialização da Parceria Público-Privada no ensino superior.

PARTE II: PESQUISA REALIZADA

4. METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia apresenta como se realizou a investigação. O autor descreveu a classificação quanto aos objetivos da pesquisa, sua natureza, a escolha do objeto de estudo, a técnica de coleta e a técnica de análise de dados. "Faz parte da pesquisa metodológica o estudo dos paradigmas, as crises da ciência, os métodos e as técnicas dominantes da produção científica" (DEMO, 2009, p.21).

4.1. Tipo e método da pesquisa

Esta pesquisa foi enquadrada como sendo de natureza exploratória por ser o financiamento estudantil nos moldes do FIES relativamente recente e com poucas bibliografias disponíveis. Segundo Gil (2012, p. 27), "as pesquisas exploratórias tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista formulação de problemas mais preciosos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores".

Quanto ao tipo optou-se pela pesquisa mista, onde foi levantado o número de acadêmicos da Faculdade dos Cursos de Farmácia, Enfermagem Fisioterapia e Medicina Veterinária que contrataram o FIES para arcar com seus estudos e conhecer a percepção desses alunos sobre o financiamento, como também realizada entrevistas com professores sobre o rendimento acadêmico dos estudantes beneficiados com o FIES.

Segundo Richardson (2012, p.70) "o método quantitativo, como o próprio nome indica, caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas e estatísticas, como coeficiente de correlação, análise de regressão etc."

Para aplicação desta pesquisa, a pesquisa de campo foi à opção que melhor se adequou por facilitar o entendimento sobre os índices de engajamento.

A pesquisa de campo é uma estratégia de busca para examinar um fenômeno contemporâneo, dentro de seu contexto. Difere, pois, dos delineamentos experimentais no sentido ou que estes deliberadamente divorciam o fenômeno em estudo de seu

contexto. Igualmente, diferem do método histórico, se referem ao presente e não ao passado (ROSCA, 2012, p. 155).

4.2. Lócus da pesquisa

O cenário da pesquisa foi uma Faculdade privada situada no município de Sobral- CE. O estudo foi realizado no período de agosto a dezembro de 2015.

Esta pesquisa foi realizada no município de Sobral que possui 188.233 habitantes e está situado na zona norte do estado do Ceará. A cidade de Sobral surgiu da estratégia de colonização portuguesa do início do século XVII, de colonizar o sertão cearense, a partir da doação de terras para o desenvolvimento de atividades de cultivo de gado, como atividade principal. A facilidade do pasto para a criação de gado fez nascer o povoado da Fazenda Caiçara, que começou o seu desenvolvimento com o estabelecimento de várias moradias nos seus arredores, dando origem ao município de Sobral. O mais provável, é que o nome Sobral, seja proveniente da denominação do distrito homônimo de Portugal. Sua criação como município se deu pela Carta Régia de 1772, segundo o IBGE/IPECE.

A Fazenda Caiçara destacou-se no cenário regional, pela comercialização de boiadas, charque e couro, pois sua localização estratégica, logo garantiu um lugar de destaque e uma vocação comercial, favorecendo o despontar da cidade no cenário econômico e social do Ceará e do Nordeste, que naquela época tinha pujança exatamente no comércio, sendo ainda muito insipiente a sua industrialização.

Na primeira metade do século XIX, Sobral chegou a superar Fortaleza na área comercial, constituindo-se no polo comercial do norte do Ceará. No nosso período mais recente, Sobral vem se firmando como polo de desenvolvimento do Ceará, a partir da instalação de indústrias, prestação de serviços de saúde, um sistema educacional vigoroso, fortalecimento e resgate da cultura, qualificação permanente de mão de obra e estabelecimento de uma infraestrutura capaz de receber os mais diversos aportes de investimento.

O município de Sobral limita-se ao Norte com os municípios de Meruoca, Massapê e Santana do Acaraú, ao Sul com Santa Quitéria, Groaíras e Cariré e a Leste com os municípios Miraíma, Irauçuba e Canindé e a Oeste com Coreau, Mucambo e Alcântaras, tem uma extensão de 2.122,98km² e dista 235km de Fortaleza.



Fonte: Google imagens

O município possui 12 (doze) distritos que são Aprazível, Bonfim, Caioca, Caracará, Jaibaras, Jordão, Rafael Arruda, Patos, Patriarca, São Jose do Torto, Taperuaba, Aracatiaçu.

Possui 61 unidades de saúde ligadas ao sistema único de saúde (SUS) e na Educação possui 54 escolas sendo 13 relacionadas à educação infantil apresenta 115,497 pessoas alfabetizadas e a taxa de analfabetismo PE de 17% (Ceará, 2011).

Em relação à Faculdade pesquisada esta tem como objetivo ser a maior da Instituição de Educação Superior da região Nordeste do Brasil e garantir a melhor formação para os acadêmicos nos níveis de Licenciatura, Bacharelado e Pós-graduação. Pretende crescer de maneira integrada e com qualidade, além de consolidar sua atuação cada vez mais. É uma Instituição que tem o empreendedorismo e a inovação como bandeiras: enfrentando os riscos necessários. Cada meta atingida desafia a própria superação. O interesse da Faculdade é inovar, criar e ousar, com ideias inteligentes,

simples, viáveis em termos econômicos, garantindo o ensino de qualidade com cursos permanentemente atualizados.

Nessa trajetória de sucesso, a Instituição mantém um corpo docente experiente com elevado valor moral e formação acadêmica. A maioria dos professores da Faculdade tem titulação de Mestres e Doutores, perfazendo um total de mais de 80% e em seu Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI é chegar em 2020 com 100%, portanto, não tendo mais nenhum professor somente Especialista; uma exigência da Instituição e um exemplo para os novos acadêmicos que sonham com um futuro melhor, quando forem grandes profissionais e cidadãos.

A Faculdade tem como meta oferecer a cada ano a formação integral aos acadêmicos, bem como atualizar as inovações tecnológicas, importantes para a qualidade dos Cursos que oferta.

A Faculdade tem como missão atender a sociedade, indo além do suprimento das suas principais demandas, com a formação de profissionais qualificados em ambiente acadêmico, com atenção às necessidades mutantes de mercado, priorizando uma formação que tenha na qualidade o seu diferencial.

4.3. Objetivos da pesquisa

Por meio dos objetivos, indicam-se a pretensão com o desenvolvimento da pesquisa e quais os resultados que se buscam alcançar.

Objetivo Geral

Analisar o efeito do Fundo de Financiamento Estudantil no Ensino Superior em uma Faculdade do interior do Ceará.

Objetivos Específicos:

- Constatar a repercussão do FIES na Formação Educacional do Estudante.
- Comprovar a influência do FIES no aproveitamento acadêmico dos alunos.
- Analisar a inadimplência junto ao FIES por falta de inserção no Mercado de Trabalho.

4.4. Público alvo da pesquisa

No que se refere à seleção dos sujeitos da pesquisa, elegeram-se como critério de inclusão 98 alunos cadastrados no FIES, sendo:

Curso	Quantidade Total	Amostra
Farmácia	36 acadêmicos	36%
Fisioterapia	47 acadêmicos	47%
Enfermagem	08 acadêmicos	8 %
Medicina Veterinária	07 acadêmicos	7 %
Total	98	

Fonte: Dados coletados pelo pesquisador.

Os cursos citados acima foram escolhidos, por serem os cursos com maior quantidade de alunos inscritos na Faculdade e no FIES.

Dos alunos selecionados 72,4% eram do sexo masculino 27,6% do sexo feminino; a maioria dos respondentes classificaram-se como pardos 57,1% e brancos 30,6%; quanto ao estado civil 80,6% são solteiros e 19,4 são casados ou moram com o companheiro e quanto à idade 82,7% dos respondentes estão entre 20 a 29 anos.

Os professores que se propuseram a participar das entrevistas foram 05 dos mesmos Cursos dos alunos que possuem o Financiamento Estudantil - FIES, a fim de que pudéssemos ter melhor fidedignidade quanto às respostas, pois convivem diariamente com estes estudantes que vivenciam as etapas, a espera, a incerteza, o alívio e a preocupação constante em relação de como farão no futuro quando egressos, para saldar esse empréstimo diante um universo de incertezas, sonhos, possibilidades e limitações.

Os professores participantes são: 03 professores, sendo 01 do Curso de Enfermagem; 01 do Curso de Fisioterapia e 01 do Curso de Medicina Veterinária; 02 professoras, sendo 01 do Curso de Fisioterapia e 01 do Curso de Farmácia. Todos os professores na faixa etária entre 35 a 45 anos, com titulação de Mestres e Doutores.

Os 05 (cinco) professores são casados e com filhos em idade escolar, alguns no Ensino Fundamental enquanto outros no terceiro ano do Ensino Médio, preparando-se para o vestibular, o que contribuiu muito para a entrevista, pois passarão pelo mesmo processo de solicitação do Financiamento Estudantil – FIES.

4.5. Instrumentos da pesquisa

Para obter opiniões dos alunos, construiu-se um questionário específico com 14 questões (Apêndice 01). Segundo Parasuraman (2009), um questionário é tão-somente um conjunto de questões, feito para gerar os dados necessários para se atingir os objetivos do estudo.

4.6. Organização da coleta de dados

As respostas das 14 questões do questionário subdividem-se da seguinte forma: Perfil socioeconômico dos alunos pesquisados e Percepção dos alunos do Curso de Farmácia beneficiados com o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) em 2015 sobre o mesmo.

O contato com os alunos foi realizado por meio de e-mail ou telefone disponível na Faculdade supracitada. A coleta de dados foi realizada por meio da concordância dos alunos através do consentimento livre e esclarecido e apresentado em gráficos e posteriormente analisados e fundamentados por autores que tratam do assunto.

Os resultados da aplicação deste instrumento de colheita de dados serão apresentados no próximo capítulo.

Quanto às entrevistas com os professores foi agendada individualmente, no horário mais propício para cada professor em local reservado, sem interferência para que pudesse ter êxito e analisar reflexivamente cada resposta elencando as categorias e cruzando os dados encontrados em comum entre os participantes.

4.7. Aspectos éticos da pesquisa

Os aspectos éticos estão em concordância com a Resolução nº. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde – Ministério da Saúde (BRASIL, 1996) que regulamenta a pesquisa envolvendo seres humanos, sendo respeitados os aspectos éticos – legais, onde foram incorporados os três principais princípios bioéticos: a beneficência; o respeito à dignidade humana (autonomia); a justiça e a equidade.

Segundo Polit e Hungler (2008, p.23), respectivamente significam: “Nenhum dano, acima de tudo, protege contra exploração e a execução de algo bom”; “Autodeterminação, isto é, o sujeito possui liberdade para controlar suas próprias atividades, inclusive a participação voluntária em um estudo”, e “Procedimentos de sigilo formais”.

Sendo, portanto, cientes do objetivo da pesquisa, em que seus direitos foram assegurados, todos os participantes foram convidados a assinar um termo de consentimento esclarecido em duas vias, ficando uma em poder do pesquisador e outra com a pessoa pesquisada.

4.8. Recolha de dados

Torna-se importante ressaltar que para fins desta pesquisa, adotou-se a sequência de passos, para realização da pesquisa quantitativa.

Primeiro passo foi realizado uma pesquisa para selecionar os cursos com maior número de alunos cadastrados no FIES.

Segundo passo foi solicitado permissão da Faculdade para fornecer o e-mail ou o telefone dos alunos.

O terceiro passo foi realizar a tabulação e apresentação do questionário de 15 perguntas objetivas para os 98 alunos cadastrados. Para tabular os dados do estudo foi utilizada a *Google Forms*, pois esta é uma ferramenta onde você pode construir pesquisas, enquetes, coleta de opiniões e informações de contato de forma simples e rápida.

O quarto passo foi realizar a análise do conteúdo das entrevistas embasada em Bardin (2011) a fim de estabelecer os pontos convergentes e divergentes entre os professores sobre a importância do Financiamento Estudantil - FIES.

O quinto passo foi realizar o tratamento dos resultados, inferência e interpretação dos dados com o objetivo de captar os conteúdos manifestos e latentes contidos em todo o material coletado. Os dados foram apresentados por meio de gráficos e fundamentados por autores que tratam do assunto.

5. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

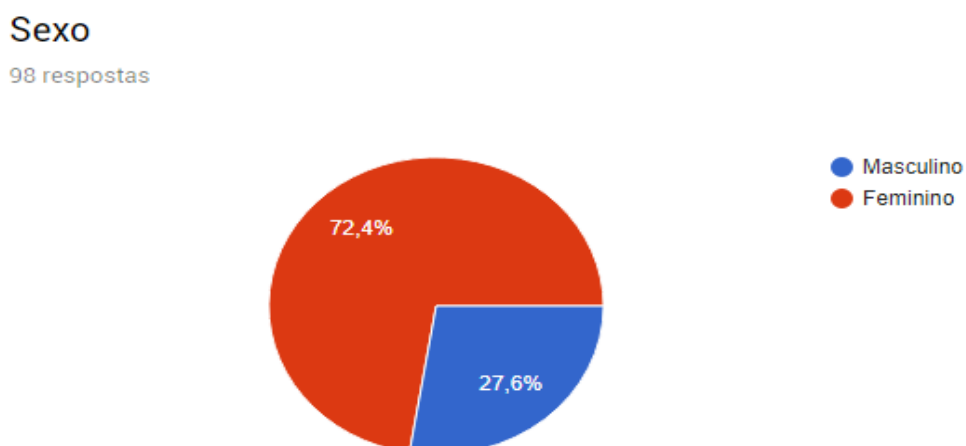
5.1. Dados obtidos através do questionário

Foi aplicado um questionário com 14 perguntas objetivas para 98 acadêmicos da Faculdade pesquisada. Para esta pesquisa, foram trazidas questões que relacionam os benefícios do FIES para os que querem estudar e pagar a faculdade só depois de formados ou pagar parte da mensalidade durante o curso e o restante somente depois de concluído. Através do questionário, obtiveram-se os seguintes dados:

5.1.1 Perfil socioeconômico dos alunos pesquisados

Os gráficos abaixo apresentados evidenciam os resultados da Análise do Perfil do Socioeconômico dos alunos pesquisados em 2015.

Gráfico 1: Distribuição dos alunos cadastrados no FIES segundo sexo

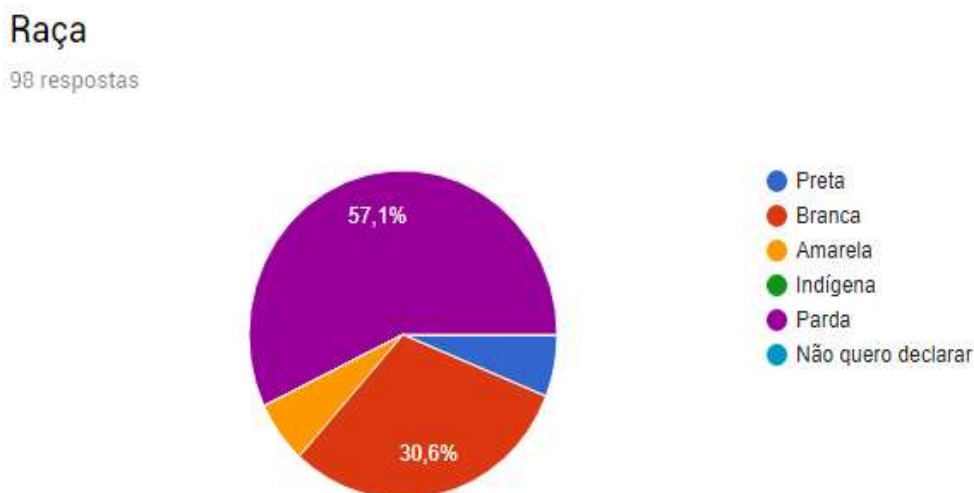


Fonte: Autoria Própria (2017)

Nos dados deste levantamento, 72,4% dos alunos do ano de 2015 eram do sexo masculino e 27,6% do sexo feminino. No presente estudo o maior número de pessoas que cursam uma universidade com o financiamento FIES são do sexo masculino, mesmo que segundo dados estatísticos a maioria de estudantes universitários serem do sexo feminino. Esses dados não reafirmam o que diversas pesquisas do campo vêm mostrando (FERREIRA; CARVALHO, 2012) “que o número de mulheres que procuram cursos de formação superior é maior do que o número de homens”.

Mesmo porque os Cursos que foram pesquisados a maioria dos alunos que ingressam nessas graduações são mulheres na realidade brasileira e principalmente na região norte do estado do Ceará.

Gráfico 2: Distribuição dos alunos cadastrados no FIES segundo raça

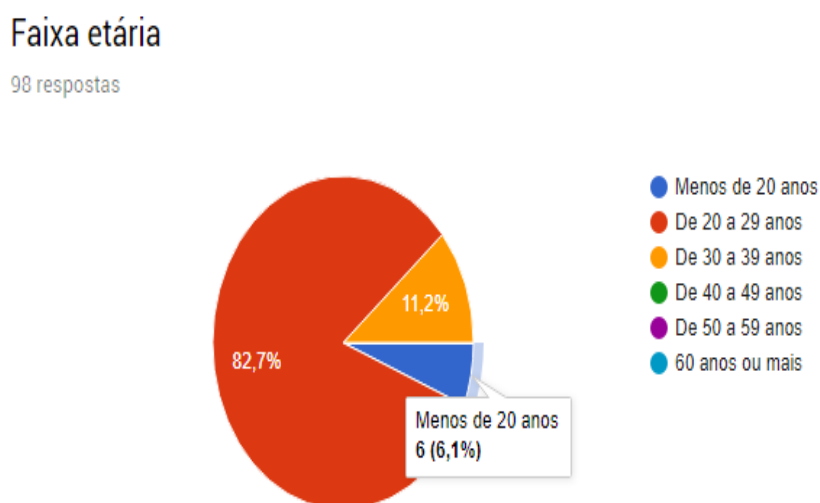


Fonte. Autoria Própria (2017)

Quando questionados sobre sua raça/cor a maioria dos respondentes classificaram-se como pardos e brancos, respectivamente 57,1% e 30,6%. O FIES não usa a lei de cotas raciais, no entanto, pesquisando sobre a grande diversidade e abrangência alcançada pelo FIES, e também o modo como tem ajudado as pessoas de baixa renda a conseguirem se formar; buscar um futuro melhor pode-se perceber que a questão racial não tem nenhuma relação com a aprovação ou não do FIES.

Com esta constatação observa-se que não há no FIES discriminação racial, de gênero, cultura ou de qualquer outra origem o que é um indicador de grande relevância.

Gráfico 3: Distribuição dos alunos cadastrados no FIES segundo faixa etária.



Fonte: Pesquisa direta

Um aspecto a ser observado no perfil sócio demográfico é que a instituição possui um público jovem abrangendo um total de 82,7% dos respondentes com idade entre 20 a 29 anos. Nessa faixa etária a inscrição no FIES tem aumentado a cada ano, pois as facilidades oferecidas por este tipo de financiamento têm dado novas esperanças a pessoas que já tinham desistido de fazer um curso superior ou não tiveram uma oportunidade na sua época.

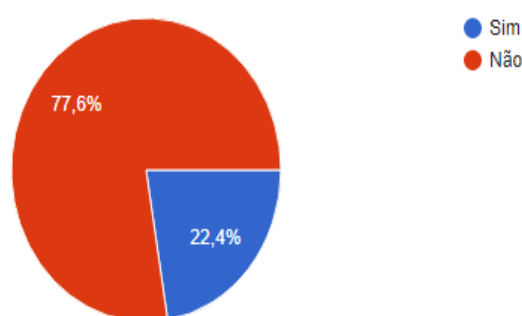
A cada ano observa-se um crescente aumento de jovens e adultos que procuram ingressar novamente no Ensino Superior motivado pela possibilidade da obtenção do FIES.

5.2 Percepções dos alunos do Curso de Farmácia, Fisioterapia, Enfermagem e Medicina Veterinária beneficiados com o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES)

Gráfico 4: Distribuição dos alunos cadastrados no FIES que tiveram dificuldade de se inscrever

Você teve muita dificuldade de se inscrever no FIES?

98 respostas



Fonte: Pesquisa direta

O FIES hoje em dia é um instrumento para o acesso de centenas de jovens e adultos ao ensino superior e graças a ele houve um aumento muito grande do ano de 2010 até 2014, em 2015 está tendo uma redução por causa das novas regras e por problemas em novos contratos e lentidão no sistema de inscrição; atualmente o FIES já consistem 2.137,200 contratos com alunos.

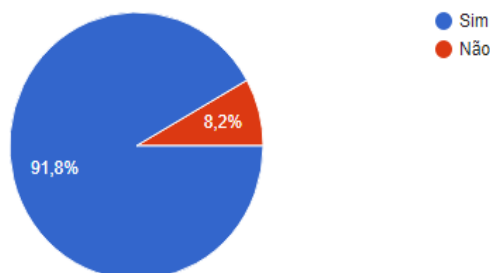
De modo geral com o FIES e alternativa de inclusão de novos alunos nas universidades à expectativa seria 33% dos jovens de 18 a 24 anos cursando a faculdade, mas com as novas normas do financiamento estudantil provavelmente esta porcentagem está se tornando mais difícil.

No entanto conforme o **gráfico 4**, (77,6%) dos alunos pesquisados responderam não ter encontrado dificuldade em se inscrever no FIES. Os alunos consideram a contratação do FIES pratica e rápida facilitando a adesão ao financiamento.

Gráfico 5: A instituição de Educação Superior em que você estuda ofereceu total apoio

A Instituição de Educação Superior em que você estuda ofereceu total apoio?

98 respostas



Fonte: Pesquisa direta

De acordo com o **gráfico 05**, ao serem questionados se a Instituição de Ensino que estudam ofereceu total apoio na contratação do FIES, 91,8% dos alunos responderam que sim.

O FIES é destinado a financiar a graduação no ensino superior de estudantes que não têm condições de arcar integralmente com os custos de sua formação. O Fundo financia até 100% do valor da parte da mensalidade devida pelo estudante à instituição de ensino (APRILLE; BARONE, 2009).

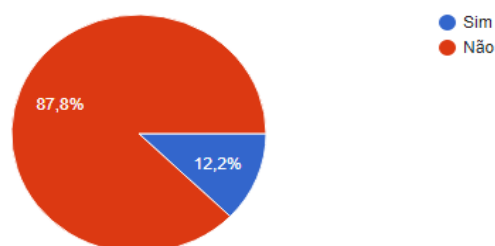
A instituição dá total apoio ao estudante já que o FIES se tornou uma ferramenta de grande importância não só para o acadêmico que com isso tem novas oportunidades, mas também para as instituições de ensino que acabam por matricular mais acadêmicos em seus cursos superiores.

O que ainda causa certa insegurança nos alunos é a demora no processo de adesão que ocasiona em alguns casos interferência no aproveitamento do estudante devido à tensão vivenciada até à finalização do processo.

Gráfico 6: Se não houvesse o FIES, seria possível você estar na Educação Superior em uma faculdade particular.

Se não houvesse o FIES, seria possível você estar na Educação Superior em uma Faculdade Particular?

98 respostas



Fonte: Pesquisa direta

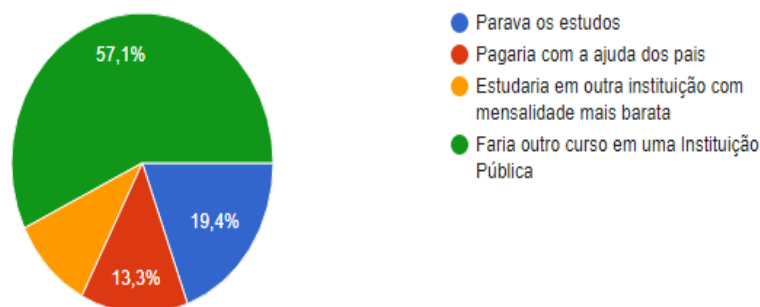
De acordo com Pinheiro (2013), o FIES caracteriza-se como um apoio financeiro sob a forma de concessão de financiamento aos estudantes regularmente matriculados em cursos superiores em instituições privadas com avaliação positiva no Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES).

De acordo com o **gráfico 06** os alunos questionados 87,8% responderam que se não houvesse FIES não estariam cursando o nível superior. Para os alunos pesquisados o FIES traz vantagem, pois, o aluno pode pagar o curso depois de formado e isto traz mais tranquilidade para estudar, por não ter que se preocupar com as mensalidades, principalmente, para quem não têm condições financeiras de cursar numa universidade privada.

Gráfico 7: O que você faria se não tivesse conseguido se inscrever no FIES?

O que você faria se não tivesse conseguido se inscrever no FIES?

98 respostas



Fonte: Pesquisa direta

A criação do FIES é, certamente, um dos fatores que tem contribuído para o grande salto que a formação de profissionais vive na última década. Possivelmente, ele será peça-chave para que o Brasil cumpra a meta do Plano Nacional de Educação (PNE) de formar 10 milhões de graduados até 2020. Um dos grandes impulsionadores para esse recorde no Fies e o avanço das matrículas no ensino superior particular.

Segundo o **gráfico 07**, (57,1%) os alunos pesquisados responderam que caso não tivesse sido possível realizar a inscrição faria outro curso em uma instituição pública pois não teriam condição de pagar; 19,4% paravam os estudos e 13,3% pagaria com a ajuda dos pais.

Gráfico 8: A dívida assumida após o tempo de carência o preocupa?

Você se preocupa com a dívida assumida após o tempo de carência?

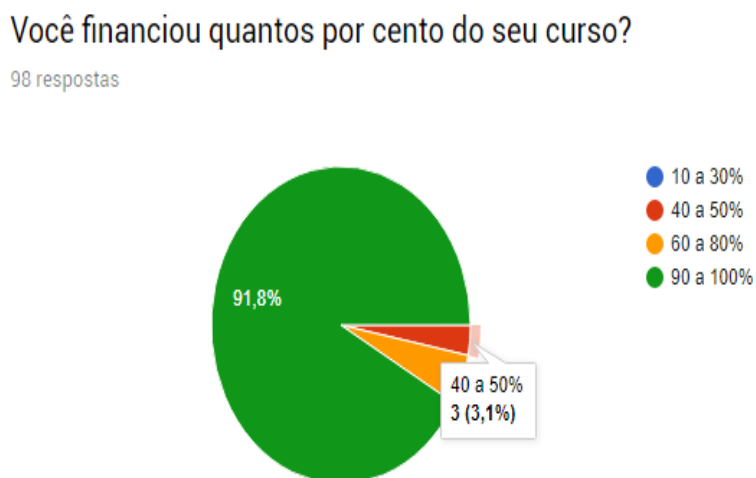
98 respostas



Fonte: Pesquisa direta

Segundo o **gráfico 08**, (94,9%) dos alunos pesquisados há uma preocupação com a dívida assumida com o FIES, pois caso não consiga arranjar um emprego no período estabelecido pelo financiamento 18 meses após a conclusão do curso o aluno inadimplente pode se deparar com sérias implicações, inclusive o início de suas empreitadas profissionais, além de gerar transtorno aos fiadores que em ato de confiança colaboraram na formação acadêmica do estudante financiado.

Gráfico 9: Você financiou quantos por cento do seu curso?



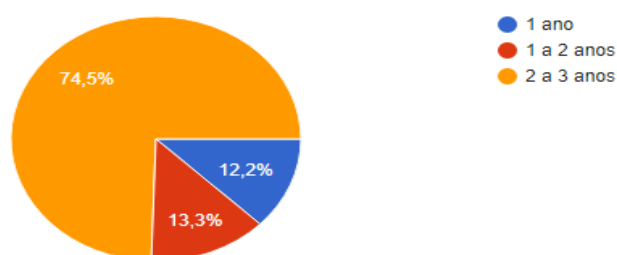
Fonte: Pesquisa direta

De acordo com o **gráfico 09** os alunos responderam que financiaram de 90 a 100% (91,8%); 40 a 50% (3, 1%). Os jovens de hoje em dia têm de se conscientizar de que o futuro financeiro depende da sua responsabilidade e da sua disciplina no presente momento, pois precisam buscar o melhor para ter um futuro tranquilo. Desse modo vê-se que o financiamento estudantil é uma ajuda muito grande para o aluno de nível superior; que sem esse tipo de financiamento não conseguiria estudar numa universidade privada. No entanto, o sonho de cursar uma faculdade tem provocado inquietação em jovens que recorrem ao FIES. É que, depois de formados, nem sempre conseguem um emprego com salário suficiente para cobrir a mensalidade da dívida.

Gráfico 10: Tempo de utilização do FIES

Há quanto tempo você utiliza FIES?

98 respostas



Fonte: Pesquisa direta

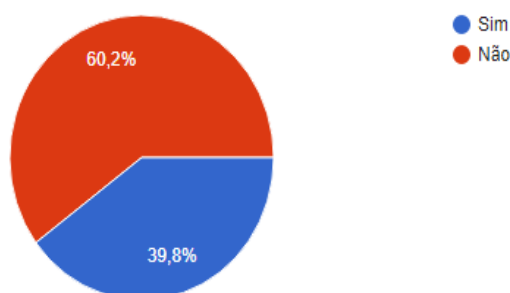
Conforme o **gráfico 10** no questionamento há quanto tempo utiliza FIES os alunos responderam 1 ano (12,2%); 1 a 2 anos (13,3%) e 2 a 3 anos (74,5%). Percebe-se nesse gráfico que os acadêmicos estão mais precavidos em relação ao financiamento do FIES, fazem planejamento desde o início do curso, para ao final do curso não seja um aluno inadimplente.

Observa-se um amadurecimento por parte do aluno e uma maior responsabilidade tanto no que diz respeito ao seu aproveitamento acadêmico quanto a sua organização financeira em relação à dívida futura comprometida.

Gráfico 11: Problema com FIES

No seu financiamento, já aconteceu algum problema com o FIES?

98 respostas



Fonte: Pesquisa direta

Dos alunos questionados (60,2%) ressaltaram que não tiveram nenhum problema com o financiamento FIES. Porém (39,8%) relataram ter tido alguns problemas no site quando na renovação do financiamento.

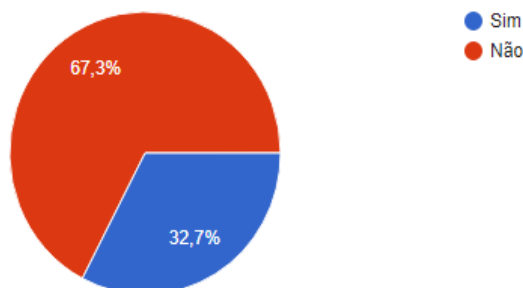
A renovação do FIES é realizada semestralmente; essa atualização é chamada de aditamento que permite transferir de Instituição ou Curso (nos 18 primeiros meses), dilatação do prazo (prorrogar o financiamento por dois semestres quando o prazo regular se expira), suspender (no caso de trancamento de matrícula) ou cancelamento no caso de desistência do financiamento (<http://www.fies.org>).

O aditamento do FIES é a confirmação do interesse do estudante em utilizar o programa para mais um semestre podendo ser simplificado ou não simplificado. No caso de aditamento simplificado o aluno prossegue com o financiamento sem problema; no caso de aditamento não simplificado o aluno deverá comparecer no banco em um prazo de dez dias para atualização de seus dados cadastrais realizando um termo aditivo (<http://www.fies.org>).

Gráfico 12: Contato com os gestores do FIES

Você já conseguiu falar com os gestores do FIES?

98 respostas



Fonte: Pesquisa direta

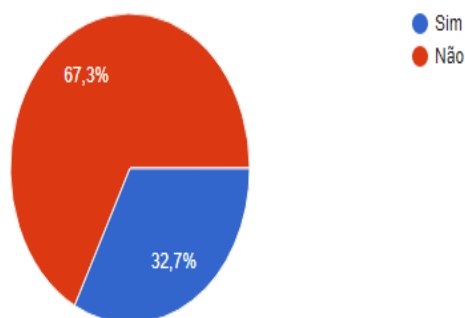
De acordo com os alunos respondentes (67,3%) disseram que não tem contato com os gestores do FIES, enquanto (32,7%) preferiram ter contato para tirar dúvidas sobre preenchimento de dados, mas que não entenderam ou não conseguiram ser esclarecidas no site.

Atualmente, presencia-se um maior envolvimento dos alunos em buscar esclarecimentos sobre o FIES e por parte da Instituição constantes informes tanto no site, quanto no setor, como também nas mídias internas.

Gráfico 13: Dificuldades de pagar as parcelas do FIES

Você tem dificuldades para pagar as parcelas do FIES?

98 respostas



Fonte: Pesquisa direta

De acordo com o **gráfico 13**, os alunos questionados (67,3%) responderam que sim, tem dificuldade de pagar as parcelas do FIES porque mesmo com a carência de 18 meses de carência para conseguir uma colocação no mercado de trabalho muitos continuam desempregados e sem condições financeiras de pagar o empréstimo.

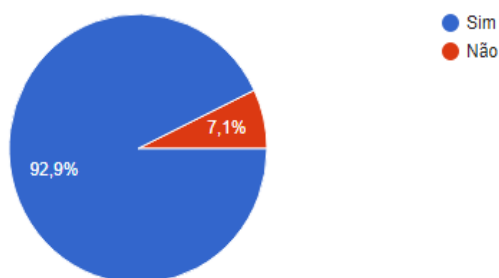
Isso vem ocorrendo devido a atual situação social, política e econômica vivenciada pelo país onde existem muitos que procuram por emprego e pouca oferta.

A oferta cada vez torna-se mais exigente, ou seja, de profissionais especializados.

Gráfico 14: Satisfeito com o FIES

Vale a pena financiar a Faculdade?

98 respostas



Fonte: Pesquisa direta

Conforme dados apresentados no **gráfico 14** (92,9%) dos alunos pesquisados consideram que vale a pena financiar a faculdade visto que, as empresas estão buscando, num ritmo crescente, mais profissional qualificado que possam assumir papéis com maior responsabilidade e complexidade no ambiente de negócio.

Para Aprille e Barone (2009, p.55) “à medida que mais pessoas consigam acesso a um nível de escolaridade maior, maior serão as chances de crescimento, não só das empresas, mas também um crescimento da produtividade e, conseqüentemente, da riqueza gerada no país”. Por isso que o FIES tem um papel fundamental para resgatar o crescimento do Brasil a médio e longo prazo, hoje tão fragilizado com seu nível de escolaridade.

5.3 Percepções dos professores do Curso de Farmácia, Fisioterapia, Enfermagem e Medicina Veterinária sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES)

A presente investigação se apoiou na natureza descritiva da pesquisa por se propor em acompanhar e explorar possíveis atitudes, observando as colocações dos professores, relatando os avanços observados no processo relacionado ao Financiamento Estudantil - FIES pontuando as informações necessárias para enriquecimento da pesquisa. Após a realização da coleta de dados desta pesquisa através das entrevistas, eles foram remetidos à análise de conteúdo.

As respostas dos professores foram categorizadas e analisadas a partir do método de análise de conteúdo proposto por Bardin (2011), tendo como técnica a análise temática.

Conforme Bardin (2011), a análise de conteúdo, assim como o inquérito sociológico ou a experimentação, organiza-se em três polos cronológicos: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

A análise do conteúdo de Bardin (2011) aprofunda-se na questão do método e técnicas, respectivamente: a organização da análise; a codificação de resultados; as categorizações; as inferências e a informação da análise das comunicações.

A Análise de Conteúdo teve ter como ponto de partida uma organização em torno de três polos, conforme Bardin (2011):

01) A Pré - análise; 02) A exploração do material; e, por fim, 03) O tratamento dos resultados: a inferência e a interpretação.

a) A Pré-análise: é a fase de organização e tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais de forma a conduzi-las a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise.

Esta fase possui três missões: a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação de hipóteses e objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentam a interpretação final. Sendo que estes não seguem uma ordem cronológica, obrigatoriamente, mas que são ligados entre si.

b) A exploração do material: é a operação de analisar o texto sistematicamente em função das categorias formadas anteriormente (BARDIN, 2011; MINAYO, 2009).

c) O tratamento dos resultados: a inferência e a interpretação, que compreende a organização da análise; a codificação de resultados; as categorizações; as inferências; e, por fim, a informatização da análise das comunicações (BARDIN, 2011; MINAYO, 2009).

A entrevista foi realizada uma a uma, onde a pergunta foi lançada e o entrevistado explanava o que entendia da questão, sendo que o entrevistador teve a função de entrevistar e trabalhar a escuta ativa para posteriormente analisar minuciosamente os dados coletados.

Foi realizada a legitimação da entrevista informando ao entrevistado que se tratava de um trabalho de investigação no âmbito de Dissertação de Mestrado que os

dados de identificação solicitados serviriam para efeito de interpretação das respostas. Posteriormente foi-lhe pedida autorização para participação da entrevista, quando solicitaram antes de assinarem o aceite terem acesso às perguntas que seriam feitas e não gravadas, para após assinarem o devido documento, assegurando o anonimato das suas opiniões (Apêndice A).

A proposta da aplicação de entrevistas aos professores teve como objetivo uma maior aproximação com os alunos que participam do Programa de Financiamento Estudantil – FIES, como também compreender de forma mais abrangente por meio da conversação individual a maneira como pensam e percebem os alunos durante este período de incerteza até finalizarem todo o processo de aditamento.

O momento da interpretação tem que incluir uma dimensão reflexiva iniciando durante a própria entrevista, espontaneamente.

As perguntas elaboradas para as entrevistas foram:

1. No que o FIES contribui para formação de um universitário?
2. Você como professor diria que o FIES colabora na realização da vida profissional do egresso?
3. Caso não houvesse o FIES, quantos alunos você diria que não teriam possibilidade de ascensão profissional?
4. O FIES é um programa de acesso garantido ao Ensino Superior?
5. Se o aluno lhe perguntasse, o que significa o FIES para o estudante universitário, o que você responderia, enquanto professor?

Deste modo as entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro contendo questões que obedeciam a uma sequência flexível das categorias de análise estabelecidas na seguinte ordem:

1. Formação Universitária
2. Realização Profissional
3. Ascensão Profissional
4. Acesso Garantido
5. Significado do FIES

Na fase da pré-análise deu-se início a organização, transcrevendo os dados de cada uma das entrevistas de forma cuidadosa e, neste momento, no intuito de impedir qualquer interferência os nomes dos entrevistados foram substituídos por pseudônimos e, a partir de então passam a ser identificados como *professor 01*, *professor 02*, e assim por diante.

Durante as transcrições foram pontuadas na íntegra todas as interjeições e as locuções interjetivas, pois estas constam como objeto de análise, uma vez que são palavras que expressam emoções momentâneas e modificações no decorrer do tempo, sem interrupções, sem interferência de terceiros, sem interrupções, onde a escuta da pesquisadora fosse totalmente ativa, sem parcialidade.

Em seguida foi feita a leitura dos dados já transcritos para que o entrevistado pudesse acrescentar ou suprir o que estivesse ou não de acordo com o conteúdo e verificasse se as transcrições seguiam corretamente as respostas dadas a cada uma das perguntas.

Como já estavam estabelecidos objetivos e categorias passaram - se a destacar as unidades de registro.

Segundo Oliveira (2003), uma unidade de registro pode ser constituída por palavras, por um conjunto de palavras ou temas que são períodos. Como critério para a seleção das unidades de registros, destacou-se as palavras, ou expressões semânticas que apareciam com mais frequência e por similaridade de conteúdo. Uma vez selecionadas as unidades de registro, seguiu-se para a segunda fase proposta por Bardin (2011) que corresponde à exploração do material.

No sentido de identificar qual a compreensão que os professores entrevistados têm do que:

“O FIES contribui para formação de um universitário”?

Para o Professor 01: *O Financiamento Estudantil, como política pública, contribui ampliando a possibilidade do acesso à Educação Superior. Para a formação universitária, principalmente nos últimos 05 anos, essa política foi responsável pela formação de muitos estudantes, que não teriam condições de custear uma faculdade particular (sic).*

Para o Professor 02: *A contribuição do FIES para a formação universitária se dá pela oportunidade da grande parcela da população de ter uma formação de ensino superior, podendo o estudante pagar seus estudos após, formado (sic).*

Para o Professor 03: *Proporciona ao universitário de baixa renda e àquele em situação financeira comprometida a oportunidade de ter acesso ao ensino superior privado sem ter que desembolsar, de imediato, algum recurso financeiro de grande monta, além de exigir que este universitário apresente um bom rendimento acadêmico (sic).*

Para o Professor 04: *O Financiamento Estudantil, como política pública, contribui ampliando a possibilidade do acesso à Educação Superior (sic).*

Para o Professor 05: *Proporciona ao universitário de baixa renda e àquele em situação financeira comprometida a oportunidade de ter acesso ao ensino superior privado (sic).*

O que se pode observar que a fala dos professores é unânime, com bastante propriedade relacionada aos benefícios do FIES aos alunos desprovidos de condições financeiras para arcar com os custos de uma Instituição de Educação Superior Privada. Concordam que, o FIES é fundamental, onde todos os professores responderam que “o FIES proporciona o acesso do estudante de baixa renda ao Ensino Superior de qualidade”.

Quando foi perguntado aos professores:

Você como professor diria que o FIES colabora na realização da vida profissional do egresso?

Para o Professor 01: *Sim. A Política do Financiamento Estudantil beneficia muitos estudantes que não teriam como pagar um curso superior, bem como oportunizou as instituições de educação superior a ofertarem mais cursos, favorecendo o acesso. Ou seja, cursos que antes só eram ofertados em grandes capitais passaram a ser ofertados em instituições de ensino nos mais diversos locais do país, propiciando a interiorização da educação superior (sic).*

Para o Professor 02: *De forma positiva, pois o egresso já inicia sua vida profissional com maior comprometimento, visto que carrega o compromisso prévio de lidar com a quitação da dívida contraída enquanto acadêmico (sic).*

Para o Professor 03: *O FIES por oportunizar uma formação superior em uma IES de qualidade, proporciona ao egresso uma formação diferenciada que o torna competitivo no mercado de trabalho (sic).*

Para o Professor 04: *Proporciona para o egresso, formação profissional com maior responsabilidade, pois carrega o compromisso desde o início de assumir o compromisso com a quitação da dívida assumida enquanto acadêmico (sic).*

Para o Professor 05: *A Política do Financiamento Estudantil beneficia muitos estudantes que antes só eram ofertados em grandes capitais passaram a ser ofertados em instituições de ensino nos mais diversos locais do país com qualidade (sic).*

Todos os professores entrevistados pontuaram a importância da responsabilidade que o estudante tem que ter desde o início, com a dívida assumida por meio do FIES, não pelos pais, mas sim por ele, enquanto acadêmico que após, concluir a graduação, portanto, se tornar profissional, tem o dever de quitá-la, pela excelência de educação construída durante os anos de formação continuada e pela troca de saberes entre professores e alunos.

Ao lançar a pergunta:

Caso não houvesse o FIES, quantos alunos você diria que não teriam possibilidade de ascensão profissional?

Para o Professor 01: *Pelo Censo da Educação Superior de 2013 foi registrado o total de 7.287.230 matrículas no ensino superior. Considerando que as IES particulares estão trabalhando com, pelo menos, 70% de suas vagas para o FIES, aproximadamente 5.101.061 alunos não teriam acesso à Educação Superior se não fosse pelo FIES (sic).*

Para o Professor 02: *Baseado na minha experiência em IES privada, diria que, aproximadamente, 7 (sete) em cada 10 (dez) estudantes não teriam esta possibilidade (sic).*

Para o Professor 03: *Acredita-se que, aproximadamente 70% dos alunos que estão matriculados atualmente no ensino superior (sic).*

Para o Professor 04: *A maioria dos alunos das Instituições Privadas não teriam mais condições de continuar seus estudos. Seria o caos na Educação Superior (sic).*

Para o Professor 05: *Nós já tivemos uma amostragem do que aconteceria com o episódio de 2015. O índice de evasão e de alunos que negociaram com as Instituições. Quase entramos em um colapso educacional (sic).*

Nota-se que todos os professores entrevistados têm grande preocupação com a situação instável que se encontra a economia do país. Pois, a instabilidade atinge diretamente a educação em todos os níveis abalando as escolhas profissionais futuras dos acadêmicos. Os professores em suas colocações deixaram bem claro, que hoje em dia, precisam sensibilizar muito os alunos da importância da Educação Superior em termos de mercado de trabalho; formação pessoal; excelência; competitividade e ética.

Foi abordada por todos os professores a importância de propiciar ao estudante a oportunidade da construção do pensamento crítico e reflexivo, como pontuava Freire (1996).

De acordo com a pergunta:

O FIES é um programa de acesso garantido ao ensino superior?

Para o Professor 01: *Não. A Política para o FIES ainda está se estruturando. É uma realidade, mas necessita de amadurecimento. O FIES é um financiamento, e como tal necessita de regras que delimite a sua oferta (sic).*

Para o Professor 02: *Negativo, pois o que garante este acesso é a formação adquirida na Educação Básica (sic).*

Para o Professor 03: *Já foi bem mais acessível, até 2014. A partir de 2015, com introdução de novas regras e exigência de perfil na avaliação ENEM, bem como com a redução do número de vagas destinadas ao programa, tem ficado mais difícil. Para o ano que se inicia (2018) nos deparamos com mais uma mudança no programa, que*

onera muito mais as IES que querem ofertar vagas com FIES, o acesso tende a ficar mais difícil ainda (sic).

Para o Professor 04: *Devido as constantes mudanças hoje em dia não garante o acesso ao Ensino Superior, pois está muito instável, mudando as regras gerando insegurança tanto para as Instituições quanto para os alunos (sic).*

Para o Professor 05: *Até 2014 era o sonho dourado de todos os alunos que não tinham condições financeiras para pagar uma Instituição Privada. A partir de 2015, passou a ser um pesadelo, pois além da redução significativa de vagas pelo FIES, o sistema tornou-se lento fazendo com que muitos alunos ficassem em situação irregular gerando inclusive prejuízos relacionados ao ensino-aprendizagem (sic).*

Todos os professores entrevistados demonstraram grande preocupação com a instabilidade das regras do FIES dos últimos 04 (quatro) anos causando prejuízos inclusive no tocante ao ensino-aprendizagem.

Todos os professores concordam que é fundamental não somente trabalhar os conhecimentos científicos, como também: ético; moral; social; econômico e a prática profissional atendendo-se as necessidades da sociedade do entorno.

Mediante a última pergunta:

Se o aluno lhe perguntasse, o que significa o FIES para o estudante universitário, o que você responderia enquanto professor?

Para o Professor 01: *O FIES para o estudante universitário significa a oportunidade de acesso. Antes do FIES, por conta do Plano Nacional de Educação – PNE, o sistema federal de educação superior já se encontrava em ampliação de oferta, para cumprir a meta. Porém, essa ampliação de oferta por si só não suportaria a demanda da formação profissional, pois muitos estudantes não teriam como pagar por seus estudos, ou concluir o curso em mais tempo, para pagar poucos créditos por semestre. Com o FIES, os estudantes sentiram-se assegurados para a formação, podendo escolher o curso que têm aptidão (e não o que o bolso daria para pagar) (sic).*

Para o Professor 02: *Uma oportunidade de formar grande parte da população brasileira, cujas condições financeiras não são suficientes para subsistência e investimento na educação superior, com condições muito boas, e que promove a*

inclusão social, reduz as desigualdades, amplia o desenvolvimento científico e cultural da população, além de tornar mais dignas as vida das famílias (sic).

Para o Professor 03: *A oportunidade de acesso ao ensino superior daqueles que não galgaram uma vaga nas IES públicas e que não têm condições financeiras disponíveis para investir numa IES privada, além de um estímulo a mais para obter bons rendimentos nos estudos (sic).*

Para o Professor 04: *A única oportunidade de muitos brasileiros concluírem o Ensino Superior de qualidade e poderem ter acesso a condições melhores no mercado de trabalho (sic).*

Para o Professor 05: *Nosso país tem uma grande parcela de jovens sem condições financeiras para cursar o Ensino Superior se não houver Programas de Incentivo Federal, mas com condições cognitivas excelentes que não podem ser desperdiçadas por falta de investimento em Educação. A Inclusão Social minimiza problemas básicos de uma sociedade (sic).*

Foi unânime a resposta dos professores da importância da continuidade do FIES para a formação do jovem visando o mercado de trabalho do entorno, não somente na cidade onde se encontra a Instituição, mas na macrorregião que atende mais de 55 (cinquenta e cinco) municípios carentes do Nordeste Brasileiro.

Despertar o interesse dos alunos para garantir o FIES foi outro ponto muito dialogado nas entrevistas, pois os estudantes que fazem parte do universo acadêmico e possuem o benefício são habitantes de cidades que se distanciam da Faculdade até 100 (cem) Km de distância. Muitos saem de suas cidades de acordo com os relatos dos professores ou às 4 horas da manhã para chegarem a 7 horas para o início das aulas.

Na condição de educadores, sentimo-nos desafiados e questionados o quanto, docentes e instituições formadoras, preparamos o aluno para enfrentar situações desafiadoras por meio do próprio potencial, em especial, aquelas situações que envolvem mudanças, regras, a relação com o outro, e de como esse preparo vem inferindo sobre a escolha e atuação do profissional no campo de trabalho.

Os professores concluem que o FIES além de ser um Programa do Governo Federal, hoje em dia é um Processo; para uns em médio prazo, para outros em diferentes momentos da carreira docente, envolvendo a trajetória vivencial e o modo como articulam o pessoal, o profissional e o institucional e, conseqüentemente, como vão se permitindo a transformação no decorrer do tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação do FIES é, certamente, um dos fatores que tem contribuído para o grande salto que a formação de profissionais vive na última década. Possivelmente, ele será peça-chave para que o Brasil cumpra a meta do Plano Nacional de Educação (PNE) de formar 10 milhões de graduados até 2020.

Investigando sobre o FIES percebe-se o quanto este é necessário e importante para inclusão dos alunos no Ensino Superior, ao mesmo tempo em que é uma ferramenta atraente para as instituições privadas de ensino em suas ações de marketing. Os dados do censo do MEC mostram crescimento das matrículas em universidades, faculdades e Centros Universitários. Sem o financiamento, provavelmente muitas instituições não sobreviveriam, já que algumas operam com quase 50% da sua população de alunos com o FIES.

Constatou-se no presente estudo, que os programas do governo que oferecem bolsas de estudo para os estudantes do Fies, tem sido de grande importância para a efetiva inclusão que vem ocorrendo na educação, através da igualdade de direitos e oportunidades a todas as pessoas, independente da condição social, étnica ou de gênero.

Um primeiro facto que se pode ratificar é que os estudantes têm consciência do ato de contratação do financiamento estudantil oferecido pelo Governo Federal. Também se verifica a positividade dos alunos quando se fala da conclusão do ensino superior, conseguir entrar no mercado de trabalho e garantir um emprego com salário razoável, que dê uma independência financeira.

Os alunos pesquisados descreveram bem os proveitos do uso do FIES, pois a vantagem de pagar o curso depois de formado traz mais tranquilidade para estudar, por não ter que se preocupar com as mensalidades, e também a possibilidade, para jovens que não têm condições financeiras de pagar agora, de cursar o nível superior.

Isso tudo traz um desenvolvimento bem visível na área da educação, uma vez que possibilita muitos jovens ingressando no ensino superior, podendo se tornar profissionais farmacêuticos, fisioterapeutas, enfermeiros, médicos veterinários entre outros cursos que são ofertados pela Faculdade pesquisada, quanto na economia, permitindo formação de mão de obra e um aumento financeiro na instituição de ensino

superior, que pode fazer uso dos recursos para investimento em mais cursos de ensino superior.

A pesquisa conseguiu alcançar a problemática, a hipótese e o objetivo, pois foi adquirido muito conhecimento através dos questionários, constatou-se que o uso do FIES realmente traz um aumento significativo de alunos matriculados na faculdade.

Também foram obtidas informações que justificam o uso do Financiamento Estudantil e o que levam as pessoas a usarem o FIES. E esse objetivo de adquirir conhecimento foi alcançado principalmente na parte teórica, pois é onde fala sobre os órgãos responsáveis por este financiamento.

O estudo teve suas dificuldades para ser executado na parte de entrega e busca dos questionários pela internet. No recebimento dos questionários, 14 foram devolvidos, sendo que foram aplicados 98, pois o número de questionários tabulados é bastante representativo.

Outra dificuldade foi encontrar autores que fazem estudos relacionados ao financiamento estudantil, foi feito o possível para apresentar do que se trata o FIES e a origem de suas receitas. Pesquisando bem no site do FNDE e FIES, conseguiram-se informações para conclusão do embasamento teórico, porém, como alguns do questionados descreveram, os sites são carentes de informações mais claras e ocorre muita lentidão quando é acessado por uma quantidade razoável de pessoas.

Nesse contexto o acesso ao ensino superior vem progredindo a cada dia mais, devido aos programas criados pelo Governo Federal em prol de beneficiar estudantes de baixo poder econômico. Com isso, a sociedade vem derrubando as barreiras de elitização de ensino. Entretanto, o país ainda tem muito caminha pela frente para modificar o cenário que ainda deixa muito a desejar, e que um dia com certeza conseguiremos conquistar.

De maneira geral a pesquisa mostra que grande parte dos acadêmicos depende de algum apoio financeiro para custear seus estudos. Ao se terminar um processo de pesquisa, respondem-se algumas questões, no entanto surgem outras que podem orientar outras investigações. Uma das questões é justamente verificar que razões levam os acadêmicos a não buscar o financiamento de seus estudos, dependendo de bolsas e auxílio de familiares. Outra linha de investigação poderia ser comparar os níveis de renda com os inadimplentes na universidade.

Considera-se que as informações aqui apresentadas têm caráter científico e presta-se a ser um ponto de partida para novas discussões sobre a importância da educação financeira, bem como o planejamento financeiro-pessoal para quitar as parcelas do FIES. Por fim, se acredita que o trabalho contribuiu, satisfatoriamente, para realização da pesquisa acadêmica, e que a adoção de princípios básicos de planejamento e controle financeiros possibilita o alcance dos objetivos, assim como uma folga no orçamento, trazendo tranquilidade e bem-estar.

Assim, concluiu-se que o FIES é de suma importância para a educação, uma vez que o ensino público não tem condições de disponibilizar o ensino superior a todos que não têm condições de pagar uma faculdade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Onília Cristina de Souza de. *Gestão das organizações complexas: o caso do sistema Universidade Aberta do Brasil na Universidade de Brasília*. 2013. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/14135>>. Acesso em: 28 de dez. de 2016.

AMARAL, Nelson Cardoso. Crise no financiamento das instituições federais de ensino superior. In: Trindade, Héglio (Org.). *Universidade em ruínas: na república dos professores*. Petrópolis, RJ: Vozes/Rio Grande do Sul: CIPEDDES, 2009.

AZEVEDO, Janete Maria Lins. *A Educação como Política Pública*. 3. Ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

BARDIN, L.(2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.

BASTOS, Celso Ribeiro; MARTINS, Ives Gandra da Silva. *Comentários à Constituição do Brasil*. v. 2, 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. *Programas e ações*. Brasília: MEC, 2010. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12498&Itemid=820> Acesso em 05/ jan./ 2015.

BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda do direito*. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHERENS, M. *Paradigma emergente e a prática pedagógica*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BZUNECK, J. A. Como motivar os alunos: sugestões práticas. In: Boruchovitch, E.; Bzuneck; J. A.; Guimarães, S. É. R. (Orgs). *Motivação para aprender*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, cap.1, p. 13 a 42.

CABRITO, G. *O financiamento do ensino superior*. Lisboa: Educa, 2002.

CAMBI, F. *História da pedagogia*. São Paulo: Trad. Álvaro Lorencini, Fundação Editora da UNESP, 2009.

CASTRO, J. A. Financiamento da educação no Brasil. *Em Aberto*, Brasília, v. 18, n. 74, p. 11-32, dez. 2001.

CAVALIERE, Ana Maria. Anísio Teixeira e a educação integral. *Paidéia*, Vol. 20, No. 46, 249-259, maio-ago. 2010.

CHARLE, Christophe; verger, Jacques. *História das universidades*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 2008.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. O público privado na Educação Superior Brasileira: A privatização da Universidade Pública. In: SILVA, Maria Abádia da; SILVA, RONALDA

Barreto (Orgs.). *A idéia de Universidade: rumos e desafios*. Brasília: Líber Livro Editora, 2006.

CHAVES, M. Intervenções pedagógicas humanizadoras: *possibilidades de práticas educativas com artes e literatura para crianças na Educação Infantil*. In: CHAVES, M.; SETOGUTI, R. I.; MORAES, S. G. P. de (Org.). *A formação do professor e intervenções pedagógicas humanizadoras*. Curitiba: Instituto Memória, 2010.

COELHO, A. B. Os argonautas portugueses e o seu velo de ouro (séculos XV-XVI). In: *História de Portugal*. TENGARRINHA, J (org.). São Paulo: UNESP, 2009.

COLL, C. *O Construtivismo na sala de aula*. São Paulo: Ática, 1997.

COLOGNESE, S. A.; Melo, J. L. B. A técnica de entrevista na pesquisa social. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, v. 9, p. 143-159, 2009.

COSTA, E. V. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: UNESP, 2009.

CUNHA, L. C. R. *Universidade temporã: o ensino superior da colônia à era Vargas*. São Paulo: UNESP, 2007.

DELORS, J. (org.). *Educação: um tesouro a descobrir*. 10.ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2006.

DEMO, Pedro. *Pesquisa: princípio científico e educativo*. 13. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

DURKHEIM, Émile. *Educação e sociologia*. 5.Ed. São Paulo: Editora Vozes, 2016.

Educação. Portal Mec.: *PNE*. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16478&Itemid=1107. Acesso em 28 mar.2012

FÁVERO, M. L. A. *A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968*. Curitiba: Editora UFPR, 2008.

FERREIRA, José Luiz e Carvalho, Maria Eulina Pessoa de. Gênero, masculinidade e magistério: horizontes de pesquisa. *Olhar de Professor*. Ponta Grossa, v.9, n.1, p.143-157, 2012.

FREIRE, A.M.A. *Analfabetismo no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010.

FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

GABRILLI, Mara. Deputada Federal Mara Gabrielli. *PSDB*. Disponível em <http://www.maragabrielli.com.br/federal/destaque/1300-a-importancia-do-pne-2011-2020> Acesso em 04/ maio/20126.

- GANDINI, Raquel Pereira Chainho. RISCAL, Sandra Aparecida. *A gestão da educação como setor público não-estatal e a transição para o Estado Fiscal no Brasil*. In: Oliveira, Dalila Andrade & Rosar, Maria de Fátima Félix (org.). *Política e Gestão da Educação*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2012.
- GHIRALDELLI JUNIOR, P. *História da educação brasileira*. São Paulo: Cortez, 2009.
- GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 3.Ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- GUIMARÃES, M; Oliveira, T. *Uma análise acerca da educação escolástica no século XIII. Seminário de Pesquisa do PPE*. UEM, 2009.
- JUNQUILHO, G. S. Cultura nacional e o “gerente caboclo” frente os desafios da reforma do Estado no Brasil. Lisboa: *VII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública*, de 8 a 11 Oct, 2002. Disponível em Acesso em 27/ dez./2012.
- LE GOFF, Jaques. História. In: *História e memória*. 5. ed. Campinas: São Paulo: Editora da UNICAMP, 2006.
- LIMA, K. R. S. Reforma universitária do governo Lula: o relançamento do conceito de público não-estatal. In: Neves, L. (org.). *Reforma universitária do governo Lula: reflexões para o debate*. São Paulo: Xamã, 2010.
- LUCKESI, Cipriano Carlos; Barreto, Elói; Cosma, José; Baptista, Naidison. *Fazer universidade: uma proposta metodológica*. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- LUZURIAGA, Lorenzo. *História da Educação e da Pedagogia*. 2. Ed. Rev. [Tradução de Luiz Damasco Penna e J. B. Damasco Penna]. São Paulo: Editora Nacional. 2009.
- MANCEBO, D. Formação em Psicologia: gêneses e desenvolvimento. In: JACÓVILELA, A.M. et al. *Clio-Psyché: Histórias da Psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.
- MANACORDA, Mario A. *História da Educação: da antiguidade aos nossos dias*. 7. Ed. São Paulo, Cortez, 2007.
- MATTOS, Carmen. Estudos Etnográficos da Educação: revisão de tendências no Brasil. In: MATTOS, Carmen; CASTRO, Paula (Org.). *Etnografia e Educação: conceitos e usos*. Campina Grande: EDUEPB, 2011.
- MATURANA, Humberto; Varela, Francisco. *A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. 5ª. Ed. São Paulo: Palas Athena, 2005.
- MENEZES, J. S. S. *O financiamento da educação no Brasil: o Fundef a partir do relato de seus idealizadores*. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 6. Ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MINTO, L. W. *As reformas do ensino superior no Brasil: o público e o privado em questão*. Campinas: Autores Associados, 2009.

MORIN, E. *Imaginários da educação: por uma reforma da Universidade e do pensamento*. Porto Alegre: FAMECOS, vol 1, n. 5, 2007. Disponível em <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fo/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/2959>> Acesso em, 08/ jan./2015.

NEVES, C. E. B; Raizer, L; Fachineto, R. F. *Acesso, Expansão e Equidade na Educação Superior: novos desafios para a política educacional brasileira*. Porto Alegre: Sociologias, Ano 9, nº 17, jan-jun., p. 124 -157, 2007.

OLIVEIRA, Marcos Marques. A política governamental de ciência e tecnologia: da C&T à CT&I. In: NEVES, Lúcia M. Wanderley, (org.). *O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990*. São Paulo: Xamã, 2012.

OLIVEIRA, F. *Economia e política das finanças públicas: uma abordagem crítica da teoria convencional, à luz da economia brasileira*. São Paulo: Hucitec, 2010.

OLIVEN, A. C. Histórico da educação superior no Brasil. In: SOARES, M. S. A. *Educação Superior no Brasil*. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2022.

PAGANOTTI, Ivan, Ratier, Rodrigo. PNE 2011-2020: uma nova chance para velhas necessidades. *Nova Escola*. Disponível em <http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/planejamento-e-financiamento/pne-2011-2020-nova-chance-velhas-necessidades-621968.shtml>. Acesso em 18/ maio/2016.

PEREIRA, J.E.D. *Formação de professores: pesquisas, representações e poder*. Belo Horizonte: Autentica, 2000.

PILETTI, Nelson. *Educação Básica: da organização legal ao cotidiano escolar*. São Paulo: Ática. 2010.

POLIT, D.; Hungler, B. *Fundamentos de pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação e utilização*. 5. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

PRETI, Oreste. (org.). *Educação à distância: construindo significados*. Brasília: Liber Livro, 2005

ROMANELLI, O.O. *História da educação no Brasil (1930/1973)*. Petrópolis: Vozes, 2009.

RICHARDSON, Roberto Jarry, *Pesquisa social: métodos e técnicas*/ Roberto Jarry Richardson; colaboradores José Augusto de Souza Peres. (et al.). 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SALOMON, D. V. *Como fazer uma monografia*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

SAMPAIO, H. *Ensino Superior no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 2009.

SANTOS, Rafael. Análise crítica das diretrizes curriculares nacionais da educação básica do campo. *Espaço do Currículo*, v.7, n.2, p.314-325, Maio a Agosto de 2014.

SAVIANI, Demerval. *O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC*. Educação e Sociedade. Campinas, 2011.

SCHWARTZMAN, J. Revolução silenciosa do ensino superior. In: Durham, E. R.; Sampaio, H. (Org.). *O ensino superior em transformação*. São Paulo: NUPES, 2001. p. 13-30.

SGUISSARDI, V. *Regulação estatal versus cultura de avaliação institucional? Avaliação*, Sorocaba, v. 13, n. 3, nov. 2008.

Site: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32123> (MEC, 2003)

SOUZA, P.R. *A revolução gerenciada: Educação no Brasil, 1995-2002*. São Paulo: Prentice Hall, 2008.

TRINDADE, Hélgio. As metáforas da crise: da “universidade em ruínas” às universidades na penumbra na América latina. In: GENTILI, Pablo (Org.), et. al. *Universidades na penumbra: neoliberalismo e reestruturação universitária*. São Paulo: Cortez, 2007.

UNESCO. *Desafios e perspectivas da educação superior brasileira para a próxima década* /organizado por Paulo Speller, Fabiane Robl e Stela Maria Meneghel. Brasília: UNESCO, CNE, MEC, 2012.

VAINFAS, R. *A problemática das mentalidades e a inquisição no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, vol. 1, p. 167 – 175, 2008.

VASCONCELOS, Helena [et. al.]. Manutenção e financiamento da educação superior. In: Sguissardi, Waldemar, Silva Júnior, João dos Reis da. (Orgs.). *Educação Superior: análise e perspectivas de pesquisa*. São Paulo: Xamã, 2001, p. 45-64.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

VERGER, Jacques. *História das Universidades*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 2009.

YIN, R. K. Case study research: design and methods. Newbury Park, CA: Sage Publications, 1989, p. 23. IN: Godoy, Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v.35. nº. 03, p.20 -29. Maio/jun./2013

APÊNDICES

APÊNDICE - A

QUESTIONÁRIO

Este questionário faz parte de uma pesquisa do Mestrado em Ciências da Educação da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – Portugal. Para esta pesquisa foram elaboradas questões que relacionam os benefícios do FIES para os que querem estudar e pagar a Faculdade só depois de formados ou pagar parte das mensalidades durante o Curso e o restante somente depois de concluído. Suas respostas serão mantidas em sigilo.

Em anexo, encontra-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que informa os objetivos da pesquisa e que deverá ser assinado caso você concorde em participar da pesquisa. Agradecemos sua colaboração e solicitamos que todas as respostas sejam respondidas.

I. Perfil socioeconômico dos alunos pesquisados

a) Sexo

- Masculino
- Feminino

b) Raça

- Preta
- Branca
- Amarela
- Indígena
- Parda
- Não quero declarar

c) Faixa etária

- Menos de 20 anos
- De 20 a 29 anos
- De 30 a 39 anos
- De 40 a 49 anos
- De 50 a 59 anos
- De 60 ou mais anos

II. Ingressantes beneficiados com bolsas de estudos ou financiamentos em 2015.

d) Você teve muita dificuldade de se inscrever no FIES?

- Sim

() Não

e) A Instituição de Educação Superior em que você estuda, ofereceu total apoio?

() Sim

() Não

f) Se não houvesse o FIES, seria possível você estar na Educação Superior em uma Faculdade Particular?

() Sim

() Não

g) O que você faria se não tivesse conseguido se inscrever no FIES?

() Parava os estudos

() Pagaria com a ajuda dos pais

() Estudaria em outra instituição com mensalidade mais barata

() Faria outro curso em Instituição Pública

h) Você se preocupa com a dívida assumida após o tempo de carência?

() Sim

() Não

i) Você financiou quantos por cento do seu curso?

() 10 a 30%

() 40 a 50%

() 60 a 80%

() 90 a 100%

j) Há quanto tempo você utiliza o FIES?

() 1 ano

() 1 a 2 anos

() 2 a 3 anos

k) No seu financiamento, já aconteceu algum problema com o FIES?

() Sim

() Não

l) Você já conseguiu falar com os gestores do FIES?

() Sim

() Não

m) Você tem dificuldades para pagar as parcelas do FIES?

() Sim

() Não

III. FIES: vale a pena financiar a Faculdade?

() Sim

() Não

APÊNDICE B

ENTREVISTAS

1. No que o FIES contribui para formação de um universitário?
2. Você como professor diria que o FIES colabora na realização da vida profissional do egresso?
3. Caso não houvesse o FIES, quantos alunos você diria que não teriam possibilidade de ascensão profissional?
4. O FIES é um programa de acesso garantido ao Ensino Superior?
5. Se o aluno lhe perguntasse, o que significa o FIES para o estudante universitário, o que você responderia, enquanto professor?

APÊNDICE C

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Caro (a) Sr (a): Eu, Francisco Linhares Ponte Júnior, residente na Cidade de Sobral, aluno da Faculdade INTA no Município de Sobral-Ceará. Estou realizando uma pesquisa para a dissertação de mestrado em Ciências da Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – Portugal em parceria com o INTA, cujo tema é O efeito do fundo financiamento estudantil na educação superior: estudo de um caso no interior do Ceará, que tem como objetivo analisar o efeito do Fundo de Financiamento Estudantil no Ensino Superior em uma Faculdade Privada de um município localizado na zona norte do Ceará. Solicito sua colaboração respondendo a um questionário. Os dados obtidos serão apresentados junto à comunidade acadêmica, respeitando a sua identidade. Informo ainda, que: você tem direito de não participar desta pesquisa; Não divulgarei seu nome, nem qualquer informação que possa identificá-lo; mesmo tendo aceitado participar, se por qualquer motivo, durante o andamento da pesquisa, resolver desistir, tem toda a liberdade para retirar sua participação; Sua colaboração e participação poderão trazer benefícios para o desenvolvimento das pesquisas científicas e para a melhoria da assistência de (curso); Esta pesquisa não apresenta riscos aos participantes; Não haverá nenhum ônus para você; A qualquer momento poderá ter acesso aos dados desta pesquisa; O presente termo será assinado em duas vias sendo de direito do pesquisado uma das vias assinadas e a outra será destinada ao pesquisador. Estarei disponível para qualquer outro esclarecimento em minha residência à Rua Edir Prado Carvalho, 1021, bairro: Cidade Pedro Mendes Carneiro, Sobral-CE. Qualquer dúvida em relação à pesquisa, você ainda poderá ligar para o INTA, 88 – 311223500 e com o pesquisador Francisco Linhares Ponte Júnior, telefone celular: 88 – 997070707. Gostaria muito de poder contar com a sua cooperação e a qual desde já, agradeço.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO

Eu, _____ RG. _____, CPF _____
_____, declaro que tomei conhecimento do estudo citado acima, compreendi seus objetivos, concordo em participar da pesquisa e declaro que não me oponho à entrevista. Sobral, ___ de ___ de _____ Participante do estudo Pessoa que obteve o termo.